

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523

Website: www.au.int

SC21256

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima-Segunda Sessão Ordinária
22 – 26 de Janeiro de 2018
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/1061(XXXII)
Original: Inglês

**NOTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO AO
RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ACTIVIDADES DA UNIÃO AFRICANA
E DOS SEUS ÓRGÃOS**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E VISÃO GERAL	1
COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE NELSON R. MANDELA	2
PROMOÇÃO DA AGENDA DOS DIREITOS HUMANOS	3
ABORDAGEM DA MIGRAÇÃO IRREGULAR	6
APROVEITAMENTO DO DIVIDENDO DEMOGRÁFICO ATRAVÉS DO EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE	9
PROMOÇÃO DA CULTURA DE LEITURA	10
COMBATE À CORRUPÇÃO E FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS	11
ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	14
GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA	22
PROTECÇÃO DA FAUNA, FLORA E TERRAS SELVAGENS	23
PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E ELEIÇÕES	25
TRABALHAR PARA SILENCIAR AS ARMAS ATÉ 2020	27
A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES	36
CUMPRIMENTO DA REFORMA INSTITUCIONAL DA UA	37
FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE A UA E AS SUAS CER	38
REFORÇO DAS PARCERIAS DE ÁFRICA E O MULTILATERALISMO	39
IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA UA SOBRE O ARQUIPÉLAGO DE CHAGOS	42
APOIO À SOLIDARIDADE AFRICANA COM A PALESTINA	43
CONCLUSÃO	<u>43</u>

NOTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO AO RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ACTIVIDADES DA UNIÃO AFRICANA E DOS SEUS ÓRGÃOS

INTRODUÇÃO E VISÃO GERAL

1. Tenho a honra de apresentar esta Nota Introdutória ao Relatório sobre as Actividades da União Africana (UA) e dos seus Órgãos, que descreve o trabalho levado a cabo ao longo do ano transacto (de Janeiro a Dezembro de 2017), em conformidade com a decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec. 943(XXX), de Janeiro de 2017.
2. Dado que este é o meu primeiro relatório como Presidente da actual Comissão, que assumiu mandato a 14 de Março de 2017, gostaria de prestar homenagem especial à antiga Comissão e, em particular, à minha antecessora, a Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, pela sua direcção, dedicação e prossecução das metas e objectivos da União, que culminou na aprovação da Agenda 2063.
3. Desde que assumi as minhas funções, tendo dedicado atenção, assim como a minha equipa, ao que considero questões prioritárias prementes para a União, nomeadamente, a agenda de reformas; integração regional; abordagem dos desafios da paz e segurança no nosso continente; e estabelecimento de parcerias mais efectivas no âmbito de uma ordem multilateral global. Neste contexto, realizei várias visitas a várias capitais e regiões com vista a dialogar com os intervenientes nacionais, regionais e internacionais para a prossecução destas questões prioritárias. Apraz-me referir e informar que estes esforços já começaram a produzir resultados positivos. Alguns destes esforços são evidenciados pelo número crescente de Estados-membros que já estão a implementar a taxa de 0.2 por cento com vista a assegurar a autonomia financeira da União e contribuir para o Fundo de Paz, a conclusão do projecto de Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) e o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas; o lançamento como previsto do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM), bem como os avanços registados em termos de esforços envidados para "Silenciar as Armas até 2020", inclusive através de iniciativas regionais de segurança adoptadas para combater o terrorismo e o crime organizado transnacional.
4. Além disso, as nossas relações com os nossos parceiros, em particular a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), registaram melhorias substanciais. Entre as conquistas registadas nesta área, destaca-se a assinatura do Quadro Conjunto UA-ONU para o Reforço da Parceria em matéria de Paz e Segurança, assinado a 19 de Abril de 2017. Do mesmo modo, o alto nível de participação e as questões críticas discutidas na 5.^a Cimeira UA-UE, em Abidjan, no final de Novembro de 2017, incluindo investimentos na juventude e migração, a fundação criada para uma colaboração e coordenação mais efectiva na abordagem destes desafios.

5. Este ano, o Relatório Anual está dividido em duas (2) partes. A primeira parte é uma secção consolidada e abrangente que detalha as actividades e o progresso registado pela União e pelos seus Órgãos, incluindo as Agências Especializadas e os Escritórios de Representação da UA, no ano de 2017. Esta parte foi apresentada em separado, para apreciação dos órgãos deliberativos. A segunda parte é uma Nota contendo minhas reflexões sobre as actividades levadas a cabo pela União e seus Órgãos em 2017, mas também os desafios enfrentados e as oportunidades existentes em 2018 e além. A Nota inclui, sempre que necessário, recomendações sobre a via a seguir.

COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE NELSON R. MANDELA

6. Em Outubro de 2017, os nossos irmãos e irmãs na África do Sul comemoraram o centenário de Oliver R. Tambo, um pan-africanista comprometido e firme na luta pela libertação, dignidade, igualdade e uma vida melhor para todos numa África do Sul multirracial. O camarada Oliver Tambo, como era carinhosamente chamado, foi crucial, juntamente com outros jovens naquela altura, na fundação da Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano (ANC), que serviu como seu primeiro Secretário-geral. A Liga da Juventude do ANC tornou-se o berço da luta anti-apartheid e um espaço de formação em liderança para as gerações de jovens mulheres e homens sul-africanos. Desafiou implacavelmente o regime do apartheid e conseguiu fomentar uma nova geração de líderes que galvanizaram o movimento de libertação sul-africano e intensificaram a mobilização de massas para lutar pela liberdade e direitos iguais para todos os oprimidos.

7. Em 2018, África e, certamente, o mundo, unir-se-á na comemoração do centenário de Nelson Rolihlahla Mandela, outro grande filho de África, carinhosamente conhecido como Madiba. Como todos sabemos, Madiba dedicou a sua vida à luta pela verdade, justiça e igualdade para todos os povos, independentemente da raça, religião ou crença. Talvez Madiba seja lembrado, principalmente, pela sua perseverança, paciência e busca de perdão, reconciliação e paz. Há muitas lições a aprender com a vida notável de Madiba enquanto a UA continuar a envidar esforços para promover uma África unida, pacífica e próspera, bem como a dignidade dos povos africanos. A tolerância e a reconciliação são necessárias se o continente africano pretender avançar. Estes valores são os principais pré-requisitos para “Silenciar as Armas até 2020”.

8. Gostaria igualmente de recordar que a 22.^a Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2014, declarou 2014-2024 como a **Década da Reconciliação em África Madiba Nelson Mandela**. Com base na referida Declaração, proponho que os órgãos deliberativos aprovem uma declaração que preveja o seguinte:

- observação do ano de 2018 como o Centenário Nelson Mandela;

- organização de uma reunião de alto nível em homenagem a Madiba durante a 31.ª Sessão Ordinária da Conferência, agendada para ter lugar em Nouakchott, Mauritânia, em Julho de 2018;
- expressão do apoio total da UA para a realização de uma Cimeira sobre a Paz sob o tema: “Reforço do papel das Nações Unidas na promoção e manutenção da paz internacional: Consolidação do Legado de Mandela”, à margem da 73.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, em Setembro próximo. Recorde-se que a Assembleia Geral da ONU aprovou, a 21 de Dezembro de 2017, a resolução A/72/L.39, em que decidiu convocar uma reunião plenária de alto nível a ser designada como Cimeira sobre a Paz de Nelson Mandela, com enfoque na paz, em homenagem ao centenário do nascimento de Nelson Mandela;
- Apoio à proposta de emissão de uma declaração como um resultado da Cimeira sobre a Paz; e
- encorajamento a todos os Estados-membros da UA para que observem o Centenário de Nelson Mandela e comprometam-se novamente com os ideais e valores defendidos por Nelson Mandela.

PROMOÇÃO DA AGENDA DOS DIREITOS HUMANOS

Comemoração do 30.º Aniversário da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos

9. Trinta e seis anos atrás, a Organização da Unidade Africana (OUA) aprovou a **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais no continente. Desde a aprovação da Carta, foram registados progressos significativos a nível nacional, regional e continental. Várias instituições dedicadas à promoção e protecção dos direitos humanos foram estabelecidas e os seus quadros normativos conexos enriquecidos, com a aprovação da **Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (1990)**, bem como vários outros instrumentos, incluindo o **Protocolo à Carta dos Direitos Humanos e dos Povos relativo à Criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (1998)** e o **Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África (2003)**.

10. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) celebrou os seus trinta anos de existência em Novembro de 2017, em Banjul, Gâmbia. Fiz-me representar na cerimónia pelo Comissário para os Assuntos Políticos. Comemorar os direitos humanos significa lembrar as vítimas de abusos dos direitos humanos, incluindo atrocidades em massa e genocídio. Essa é uma responsabilidade pungente da Sede da UA, que foi construída no terreno da antiga prisão central etíope, conhecida como Alem Bekagn. Pouco mais de quarenta anos atrás, neste mesmo terreno, onde

está agora este novo Centro de Conferências e edifício de escritórios, um número incontável de prisioneiros foram presos, muitos deles torturados e executados durante a Campanha Terror Vermelho do Regime Derg. Existe neste recinto um monumento em memória destas e outras vítimas de abusos dos direitos humanos e genocídio em África.

11. É no espírito de promoção dos direitos do nosso povo que a CADHP foi estabelecida. Embora a tarefa de tornar estas aspirações uma realidade seja longa, estou confiante de que serão materializadas. Na verdade, nos últimos dois anos marcos importantes foram assinalados no âmbito destes esforços. 2016 foi o Ano dos Direitos Humanos e dos Povos, com ênfase nos Direitos das Mulheres. Em Julho de 2016, a Conferência da União declarou 2017-2026 como a Década dos Direitos Humanos e dos Povos em África. A Declaração solicita à Comissão e a todos os órgãos da UA, com mandato em matéria em direitos humanos, para desenvolver um plano de acção centrado na aceleração da implementação de todos os instrumentos de direitos humanos da UA; sensibilização e divulgação desses instrumentos; reforço dos instrumentos de direitos humanos da UA como um todo; criação do Instituto Pan-Africano de Direitos Humanos; e construção do Memorial da UA dos Direitos Humanos.

12. Uma vez que o tema de 2017 foi "Aproveitamento dos Dividendos Demográficos através do Investimento na Juventude", o enfoque nos direitos da juventude constitui também o culminar das acções sustentáveis da União para aprofundar todas as dimensões da cultura dos direitos humanos e dos povos no continente. O Tema do Dia dos Direitos Humanos de 2017: **‘Reforçar a Contribuição da Juventude - Rumo à Implementação Efectiva do Plano de Acção da Década dos Direitos Humanos e dos Povos em África’** – foi igualmente uma confirmação da determinação de África de empoderar a sua crescente população jovem para desempenhar um papel fulcral em áreas-chave do desenvolvimento do continente. Fazer com que os jovens assumam a liderança na formulação, implementação, monitorização de políticas e elaboração de relatórios atinentes, bem como na gestão dos seus legítimos espaços políticos, económicos e sociais, é fundamental para moldar o seu futuro e garantir uma África mais próspera.

13. Embora elogie todos os Estados-membros pelos seus esforços e contribuições no que concerne a esta questão, gostaria de reiterar o compromisso da Comissão de interagir com os intervenientes relevantes, a fim de tomar medidas arrojadas necessárias para desenvolver políticas e programas de direitos humanos orientados para a juventude. A este respeito, exorto todos os Estados-membros, bem como as Comunidades Económicas Regionais (CER) a iniciarem exercícios similares a nível nacional e sub-regional.

Ratificação dos Instrumentos Relevantes da UA em matéria de Direitos Humanos

14. O reforço do respeito pelos direitos humanos e dos povos no continente exige que todos os instrumentos jurídicos relacionados sejam assinados e ratificados com

seriedade. A este respeito, estou particularmente preocupado com o facto de quase 20 anos após a sua aprovação pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA em Ouagadougou, Burkina Faso, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo à Criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP) ter sido ratificado por apenas 30 Estados-membros, até 31 de Dezembro de 2017. Destes, apenas 8 fizeram a Declaração, nos termos do n.º 6 do Artigo 34.º do Protocolo, aceitando a jurisdição do Tribunal para receber casos directamente de indivíduos e organizações não-governamentais. Exorto os Estados-membros, que ainda não o fizeram, a tomar medidas urgentes para se tornarem partes no Protocolo e a fazer a Declaração prevista no n.º 6 do Artigo 34.º do Protocolo.

15. De igual importância é a necessidade de acelerar a entrada em vigor do Protocolo relativo às Alterações ao Protocolo ao Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos (ACJHR) - o Protocolo de Malabo - recorde-se que o ACJHR é uma fusão da CADHP e do Tribunal de Justiça Africano e que o Protocolo relevante foi aprovado pela Cimeira da UA realizada em Sharm el Sheikh, Egipto, em Julho de 2008. O Protocolo de Malabo alarga a jurisdição do ACJHR ainda a ser estabelecido para julgar crimes ao abrigo do direito internacional e crimes transnacionais, incluindo crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio. A entrada em vigor do Protocolo reforçará o Estado de direito como a base para a boa governação, a paz e segurança no continente, além de tornar possível abordar as preocupações levantadas em relação às investigações do Tribunal Penal Internacional (CPI) em África e demonstrar o compromisso e a liderança de África em abordar a impunidade. A Comissão desenvolveu um Plano de Acção para reunir os quinze (15) instrumentos de ratificação necessários para a entrada em vigor do Protocolo de Malabo até 2018. O Plano foi endossado pelo Comité Ministerial Alargado para o TPI em Setembro de 2017 e a sua implementação começará em 2018. Exorto os Estados-membros a tornar este importante mecanismo africano uma realidade em 2018.

Trabalho Infantil e Direitos da Criança

16. A região africana, juntamente com a das regiões da Ásia e do Pacífico, acolhe nove em cada dez crianças em situação de trabalho infantil. De acordo com as estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), África está em primeiro lugar em todo o mundo, tanto na percentagem de crianças em situação de trabalho infantil – um quinto – e o número absoluto de crianças em situação de trabalho infantil – 72 milhões em 2016, em comparação com 59 milhões em 2012. Este aumento significativo aconteceu apesar das políticas direccionadas implementadas pelos governos africanos e dos esforços a nível regional para combater o trabalho infantil.

17. De modo a fazer face a esse desafio, a Comissão está a elaborar um Plano de Acção, que deverá envolver os Órgãos Deliberativos e instituições. O objectivo é levar adiante as disposições da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, que estipula que ***“Toda criança deve ser protegida contra todas as formas de exploração económica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa***

ser perigoso ou interferir com o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança”, bem como atingir o objectivo estabelecido no Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, que exige a eliminação de todas as formas de trabalho infantil até 2023. Esses objectivos estão em consonância com a Meta 8.7 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que exige ***“medidas imediatas e efectivas para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de seres humanos e garantir a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”***.

18. Na realidade, os direitos da criança, em termos gerais, exigem atenção urgente, particularmente no contexto da natureza evolutiva dos conflitos e crises africanas, caracterizadas por vezes pela violência extrema, colocando novas ameaças e desafios para a protecção das crianças no continente. Nesse sentido, exorto os Estados-Membros a colaborarem com o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança na abordagem destes e de outros desafios para o Bem-Estar da Criança no continente. Exorto para a intensificação dos esforços para a implementação plena da Agenda da UA sobre os Direitos da Criança, Agenda 2040. Incentivo igualmente os Estados-Membros a facilitar o acesso directo do Comité Africano de Peritos ao TADHP, no sentido de contribuir para a criação de um sistema de direitos humanos forte, a vários níveis, de abordagem conjunta e unificado, que responda às vulnerabilidades particulares das crianças no nosso continente.

ABORDAGEM DA MIGRAÇÃO IRREGULAR

19. O aumento da incidência da migração irregular da juventude africana – na sua maioria do sexo masculino, embora o número de mulheres jovens e crianças migrantes esteja agora em ascensão – é uma ferida dolorosa para o continente. Como todos sabemos, a migração em si não é um problema. Na realidade, a migração tem sido historicamente uma força para o bem no mundo; são os crescentes canais irregulares, mediante os quais a migração se realiza no continente, com as consequências daí decorrentes, em termos de colocar em perigo a vida dos migrantes e lesando os seus direitos humanos, que se apresenta como um desafio. O ímpeto para migração é em grande parte impulsionado pela falta de oportunidades económicas nos países de origem e a ilusão de que, mesmo que a vida seja difícil noutros lugares, é ainda melhor do que em casa. No início de Janeiro de 2018, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) na Líbia estimou que havia cerca de 576.000 migrantes africanos na Líbia, representado 31 nacionalidades e correspondendo a 93% dos migrantes no país. Estes incluem os recém-chegados e os migrantes que estavam na Líbia a mais de seis meses.

20. Em Novembro passado, e após relatos de mercados de escravos na Líbia, onde homens e mulheres jovens africanos foram leiloados e vendidos, emiti uma declaração na qual condenei veementemente esses actos desprezíveis, que estão em contradição com os ideais de nossa Organização e relevantes instrumentos africanos e

internacionais. Apelei para o fim imediato desses e outros actos de tráfico de seres humanos, saudei o anúncio feito pelas autoridades líbias de uma investigação e solicitei à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos a lançar igualmente uma investigação em apoio às autoridades líbias. Decidi encarregar um Enviado para a Líbia para consultas com o Governo e outras partes interessadas para se chegar a acordo sobre medidas práticas de apoio aos esforços para fazer face à situação dos migrantes africanos na Líbia.

21. Anteriormente, a situação dos migrantes africanos retidos na Líbia foi discutida de forma aprofundada durante a reunião ministerial do Comité Técnico Especializado (CTE) em matéria de Migração, Refugiados e Pessoas Deslocadas Internas (PDI), realizada em Kigali, Ruanda, em Outubro de 2017. A reunião instou os Estados-Membros com os migrantes retidos na Líbia para incrementar os seus esforços de repatriamento e reintegração. O representante da Líbia solicitou o apoio da UA aos seus esforços.

22. De 26 a 28 de Novembro de 2017, a Comissária para os Assuntos Sociais viajou à Trípoli, como minha Enviada Especial. A Comissária reuniu-se com o Presidente do Conselho Presidencial da Líbia e com o Primeiro-Ministro do Governo do Acordo Nacional e outras partes interessadas, bem como com representantes da comunidade africana na Líbia. A minha Enviada Especial visitou um centro de detenção sob controlo das autoridades líbias, que acolhe cerca de 3.800 migrantes. Reafirmando o compromisso da UA de trabalhar com as autoridades líbias, salientou a necessidade de aumentar as evacuações humanitárias voluntárias em colaboração com a OIM e outras partes interessadas. O repatriamento/regresso voluntário assistido de 15.000 – 20.000 migrantes retidos nos centros de detenção do governo foi definido como a meta antes do final de Janeiro de 2018.

23. Iniciei igualmente consultas de alto nível, a fim galvanizar o apoio internacional para soluções práticas para a questão. Nesse sentido, foi realizada uma reunião tripartida entre a UA, a UE e a ONU, a 29 de Novembro de 2017, à margem da 5.^a Cimeira UA-UE em Abidjan, Côte d'Ivoire. Os participantes à reunião concordaram em criar um Grupo de Trabalho para salvar e proteger vidas dos migrantes e refugiados ao longo das rotas e, em particular, dentro da Líbia, bem como para acelerar o regresso voluntário assistido aos países de origem e o reassentamento das pessoas com necessidade de protecção internacional. A Cimeira UA-UE adoptou uma declaração conjunta, na qual condenou nos termos mais fortes o leilão relatado de migrantes africanos, e manifestou a sua firme determinação de trabalhar para um fim imediato dessas práticas criminosas e para garantir o bem-estar dos migrantes e refugiados. A Cimeira concordou igualmente em divulgar amplamente aos jovens sobre os perigos de tais viagens perigosas e contra as redes de tráfico.

24. O Grupo de Trabalho Conjunto UA-UE-ONU realizou a sua primeira reunião na Sede da UA em Adis Abeba, a 4 de Dezembro de 2017. O Grupo de Trabalho, que é presidido pela Comissária para os Assuntos Sociais, concordou em funcionar a três

níveis: nível político, de funcionamento e operacional. O foco imediato do Grupo de Trabalho foi o repatriamento voluntário no prazo de seis semanas de pelo menos 15.000 migrantes identificados nos centros de detenção controlados pelo governo. Enquanto isso, o trabalho deverá continuar a abordar outras questões conexas, incluindo o apoio aos mais vulneráveis com alternativas à detenção, bem como o eventual encerramento de todos os centros de detenção e acabar com a criminalização dos migrantes. O Grupo de Trabalho realizou a sua segunda reunião em Bruxelas, a 14 de Dezembro de 2017.

25. A 5 de Dezembro de 2017, reuni-me com representantes permanentes de vinte e dois (22) Estados-Membros, que quer tenham cidadãos retidos na Líbia ou partilham uma fronteira com a Líbia, e aproveitei a oportunidade para os informar sobre os esforços liderados pela UA com os parceiros. Apelei aos Estados-Membros envolvidos no sentido de enviar funcionários consulares e a prestar rapidamente serviços consulares, incluindo a identificação dos seus cidadãos e emissão de documentos de viagem de emergência. Instei igualmente as autoridades líbias a garantir a protecção e segurança dos migrantes detidos nos centros de detenção controlados pelo governo, facilitar o acesso dos funcionários consulares dos países de origem e funcionários da UA/OIM à todos os centros de detenção de migrantes e para emitir autorizações de voo e aterragem para todas as transportadoras aéreas que transportem migrantes. Manifestei igualmente o meu agradecimento aos Estados-Membros que prometeram apoio logístico e/ou se ofereceram a acolher os migrantes a serem reassentados, no âmbito da solidariedade africana, e exortei que outros Estados-Membros da UA a contribuir para estes esforços. Posteriormente, a 11 de Dezembro de 2017, enderecei uma carta ao Presidente do Conselho Presidencial da Líbia para pedir que sejam tomadas medidas céleres no sentido de facilitar os esforços de repatriamento e reassentamento de migrantes africanos.

26. Tenho o prazer de informar que foram registados progressos significativos, com o regresso humanitário voluntário de mais de 11.500 cidadãos africanos através do apoio da OIM e regressos directos para os Estados-Membros. Vários países africanos envolvidos, com o apoio da OIM, tomaram medidas nesse sentido. Esses esforços devem ser reforçados e a Comissão vai continuar a galvanizar o apoio internacional para o efeito. De igual modo, qualquer resolução duradoura para a questão dos migrantes africanos deve ser parte de uma abordagem global para abordar as causas dos fenómenos e restaurar a segurança e a estabilidade política na Líbia.

27. Com relação à investigação da CADHP, no momento da finalização do presente relatório, a Comissão ainda não tinha recebido uma resposta ao seu pedido de realizar uma missão à Líbia. Na minha carta, acima mencionada, ao Presidente do Conselho Presidencial da Líbia, exortei à plena cooperação com a CADHP. Continuarei a acompanhar este assunto.

APROVEITAMENTO DO DIVIDENDO DEMOGRÁFICO ATRAVÉS DO EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE

28. O continente africano tem a população mais jovem do mundo com mais de 400 milhões de jovens com idades compreendidas entre os 15 e 35 anos de idade. Mais de 75 por cento dos africanos estão abaixo dos 35 anos de idade. Até 2025, um quarto da juventude mundial será africana e no ano 2040, constituirá a maior força de trabalho no mundo. O aproveitamento deste recurso é, portanto, essencial para a prosperidade comum, a paz e segurança colectivas e o reconhecimento de África nos assuntos globais. Tal aumento de jovens exige um maior investimento no desenvolvimento económico e social. É na percepção da importância deste recurso humano que a Conferência, na Decisão Assembly/AU/Dec.591 (XXVIII), declarou 2017 como o ano do **“Aproveitamento do Dividendo Demográfico através do Investimento na Juventude”** e lançou o apelo para a elaboração de um roteiro abrangente com resultados e metas claras para orientar os Estados-Membros e as CER sobre as principais medidas a tomar para o aproveitamento do dividendo demográfico em África. O Presidente Idriss Deby Itno do Chade foi nomeado como Líder do Tema do Ano para promover a sua implementação.

29. O ano 2017 serviu como um trampolim para a acção abrangente de desenvolvimento da juventude na visão do dividendo demográfico. No entanto, é imperativo observar que a actualização do dividendo demográfico vai além de 2017 e requer esforços concertados e sustentados de todas as partes interessadas. Durante a Cimeira de Julho de 2017, a Conferência apelou à acção para além de 2017 de modo a manter o ritmo.

30. Na jornada rumo “A África que Almejamos”, é fundamental garantir que a juventude não só tenha emprego, mas os tenha igualmente decentes e produtivos. Nesse sentido, as discussões sobre a criação de emprego devem iniciar a partir do desenvolvimento de empresas sustentáveis como veículos para a criação de emprego. Os jovens são muitas vezes financeiramente desfavorecidos, tornando extremamente difícil, se não impossível, o acesso ao capital de arranque. Em 2017, a Conferência comprometeu um por cento do orçamento de programas para a operacionalização do Fundo da Juventude. Consultas com as principais partes interessadas para a elaboração da arquitectura de gestão do Fundo têm progredido bem, e o Fundo deverá estar operacional em 2018.

31. Um dos principais desafios em África é a discrepância entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho. Em 2017, a Comissão convocou uma Conferência para a abordagem da questão do emprego em África [*AfricaTalksJobs*], que reuniu decisores políticos, académicos, doadores, sociedade civil e, sobretudo, do sector privado, como empregador de mão-de-obra, para abordar sobre a crise do desemprego e subemprego, deliberar sobre potenciais soluções visando o compromisso para colaborar. Durante a Conferência, o sector privado se comprometeu a trabalhar no desenvolvimento de competências com outras partes interessadas. O

formato da 'AfricaTalksJobs' será mantido como uma ferramenta para prestação de contas e deverá igualmente incluir colaborações virtuais para aumentar a eficiência e alavancagem dos escassos recursos.

32. De igual modo, com o aumento da consciencialização sobre o papel do Ensino e Formação Técnica e Profissional (EFTP) na criação de emprego, a Comissão está a trabalhar com os Estados-Membros, no âmbito da Estratégia de Ensino e Formação Técnica e Profissional da UA, numa abordagem prática para melhorar os sistemas e padrões. Em 2017, a Comissão lançou o processo de avaliação dos sistemas de EFTP, numa tentativa de melhorar a sua implementação. O objectivo é de o alargar significativamente em 2018. Além disso, em colaboração com o governo alemão, a Comissão lançou a Iniciativa de Competências para África como um projecto-piloto para prestar financiamento e apoio técnico para a melhoria de competências.

33. Além disso, a Comissão está igualmente a implementar uma série de programas de engajamento da juventude para garantir que a juventude africana continue a desempenhar um papel importante na construção da África que Almejamos, desenvolvendo as suas competências de liderança. O Corpo de Jovens Voluntário da União Africana (AU-YVC) tem tradicionalmente servido como uma ferramenta de empoderamento da juventude através do voluntariado. Em 2017, a Comissão deu um passo atrás para avaliar o programa e aumentá-lo significativamente. Portanto, foi elaborada uma nova estratégia para fazer face à algumas das principais necessidades continentais. Como exemplo, a Comissão está a enviar jovens voluntários para apoiar o Centro Africano de Controlo de Doenças (CDC) no estabelecimento de Centros de Colaboração Regionais, no sentido de fortalecer a sua capacidade de responder de forma eficiente aos surtos de doenças. O programa revisto propõe igualmente o aumento do número de envios anuais de 60 para 150 jovens voluntários. A estratégia deverá igualmente permitir que a Comissão reforce a colaboração com os Estados-Membros e as CER, bem como com Antigos Jovens Voluntários da UA, no sentido de fortalecer o papel dos jovens através da orientação. Finalmente, a Comissão institucionalizou o Modelo da União Africana como um veículo para trazer a UA mais próxima dos jovens de África.

34. Apelo a todos os Estados-Membros a honrar o seu compromisso para com o desenvolvimento da juventude. Em particular, exorto os países que ainda não o fizeram a tomar medidas para se tornarem partes da Carta. Até à data, quarenta e dois (42) Estados-Membros assinaram a Carta, tendo trinta e oito (38) ratificado. Exorto todos os Estados-Membros a intensificar o financiamento para o desenvolvimento da juventude a nível nacional, regional e continental.

PROMOÇÃO DA CULTURA DE LEITURA

35. Uma geração de jovens africanos está a crescer com conhecimentos limitados sobre os nossos grandes escritores africanos. O nosso continente produziu excelentes escritores de ficção, dramaturgos e académicos de ciências humanas. Esta rica

literatura proporciona um recurso de valor inestimável para os jovens, nos seus esforços de educar-se e empoderar-se.

36. Os vários livros produzidos no continente, o número de bibliotecas e livrarias e, sobretudo, o número de leitores são escassos. Os nossos escritores tais como Leopold Sedar Senghor, Wole Soyinka, Birago Diop, Chinua Achebe, Ahlem Mosteghanemi, Ngugi Wa Thiongo, Nurudin Farah, Buchi Emecheta, Chimamanda Ngozi Adichie, Ishmael Beah, Leila Abouleila, Nadifa Mohamed, Breyten Breytenbach, Binyawanga Wainana, Naguib Mahfouz, Ken Bugul, Leonaro Miano, Alain Mobanckou e Ben Okri, para mencionar alguns, não são suficientemente conhecidos no seio dos jovens, especialmente os sistemas de educação ainda não promoveram de forma proactiva o conteúdo africano nos programas de ensino. Além disso, a cultura de leitura é ameaçada pela crescente dominação das redes sociais. Neste contexto, saúdo os Ministros Africanos responsáveis pela Educação, Ciência e Tecnologia que, durante a sua última reunião estatutária realizada em Cairo, Egipto, em 2017, apelaram ao desenvolvimento de programas que visam promover uma cultura de leitura no seio das crianças, jovens e adultos, bem como para a promoção de escritores africanos e o conteúdo africano nos programas de ensino, em conformidade com a Estratégia de Educação do Continente para África, adoptada pela Conferência em Janeiro de 2016.

37. A Comissão tenciona inverter esta tendência proporcionando um mecanismo e uma ocasião para celebrar os escritores e leitores do continente. Para o efeito, a Comissão irá criar Prémios de Escritores Africanos e uma Semana Africana de Leitura. Durante os próximos anos, a Comissão irá usar todos os meios disponíveis para atribuir um alto perfil e estatuto aos escritores, editoras, livrarias e bibliotecários e, dessa forma, promover uma cultura de leitura no continente. Fazendo isso, a Comissão irá trabalhar em estreita colaboração com o Comité dos Dez Chefes de Estado e de Governo que têm o mandato de promover a educação no continente. É minha convicção que a Comissão, através dessas iniciativas, irá contribuir para o alinhamento e empoderamento dos jovens africanos.

COMBATE À CORRUPÇÃO E FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS

Tema do Ano de 2018: Ano Africano de Combate à Corrupção

38. A adopção da **Convenção da UA sobre Prevenção e Combate à Corrupção** em 2003 e a sua entrada em vigor em 2006 deram esperança a muitos cidadãos africanos de que os Governos no continente estavam determinados a combater à corrupção. Até à data, quarenta e nove Estados-membros assinaram a Convenção, dos quais trinta e oito já a ratificaram. Enquanto o progresso alcançado é louvável, é, no entanto, uma questão de preocupação que após quinze (15) anos, a corrupção prevalece no continente e apresenta várias facetas. Continua a prejudicar os esforços que visam promover a governação democrática, a transformação socioeconómica, bem como a paz e segurança. Cria desigualdades e desgasta o estado de direito.

39. A Agenda 2063 reconhece que a boa governação é uma das pré-condições para uma África próspera e pacífica. Isso dá um sentido de urgência no combate à corrupção. Declarando 2018 como o Ano Africano de Combate à Corrupção, os Órgãos Deliberativos renovaram o compromisso de África de erradicar este flagelo. O Tema para o Ano Africano de Combate à Corrupção (Projecto de 2018) é: **‘Vencer o Combate à Corrupção: Um Caminho Sustentável para a Transformação de África’**. O Presidente Muhammadu Buhari da Nigéria foi nomeado como o Líder para o Ano Africano de Combate à Corrupção. O objectivo geral do Ano Africano de Combate à Corrupção é de promover o combate à corrupção e a impunidade no continente como uma via sustentável para uma África próspera e pacífica. Outros objectivos específicos para marcar o ano incluem os seguintes:

- avaliar o progresso alcançado no combate à corrupção e adoptar as melhores práticas desde a entrada em vigor da Convenção sobre a corrupção;
- aumentar o espaço para a participação da sociedade civil e do sector privado no combate à corrupção em África;
- avaliar o nível de ratificação, domesticação e implementação de instrumentos regionais, continentais e internacionais relevantes que têm impacto directo sobre o combate à corrupção ao nível nacional;
- incentivar os Estados-membros a desenvolver políticas, planos de acção e programas, com vista a impulsionar o combate à corrupção em África;
- desenvolver uma Posição Comum Africana sobre a recuperação dos activos africanos sob jurisdições estrangeiras;
- prestar apoio técnico aos Estados-membros no combate à corrupção; e
- contribuir para o reforço da implementação de políticas de combate à corrupção.

40. Espero que os Estados-membros, as CER e as organizações da sociedade civil, juntamente com os cidadãos africanos, Órgãos da UA e todas as outras instituições irão trabalhar de forma conjunta para erradicar a corrupção das vidas de milhões de cidadãos africanos afectados, particularmente as populações pobres e marginalizadas. Espera-se, igualmente, que haverá uma domesticação e implementação acrescidas de todos os instrumentos da UA e das CER. Não tenho dúvidas de que um combate à corrupção centrado e dedicado contribuirá de forma significativa para a materialização da Agenda 2063 e implementação das outras agendas de desenvolvimento relevantes.

Fluxos Financeiros Ilícitos

41. Gostaria de lembrar que, em reconhecimento do efeito negativo dos Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) sobre África, a 4ª Reunião Anual Conjunta da UA/Conferência de

Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África (CEA) adoptaram uma resolução que autoriza a criação de um Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos de África. O Painel, presidido pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, foi inaugurado em Fevereiro de 2012.

42. Durante os últimos 50 anos, estima-se que África tenha perdido mais de 1 trilhão de Dólares Americanos em FFI, o que representa aproximadamente a soma de toda a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ADP) que África recebe durante o mesmo período, considerado como dinheiro que é obtido, transferido ou utilizado ilegalmente, os FFI privam África em mais de 50 biliões de Dólares Americanos anualmente.

43. A ocorrência generalizada de FFI em África contribui para subestimar a capacidade do Estado, afectando o potencial do continente para financiar de forma adequada a sua agenda de desenvolvimento. Esta é uma questão de grande preocupação, tendo em conta os altos níveis de pobreza existentes, as necessidades em termos de recursos e a paisagem global em mudança na APD em África.

44. Estimativas actuais indicam que as actividades comerciais (fixação abusiva dos preços de transferência, fixação errada dos preços no sector do comércio, sobre facturação de serviços e de intangíveis e uso de contratos diferentes) e a evasão fiscal constituem o maior contributo para os IFF, contribuindo em 65 por cento; actividades criminosas (branqueamento de capitais, tráfico e contrabando de pessoas, drogas e armas, etc.) contribuindo em 30 por cento; bem como corrupção e abuso de poder com cerca de 5 por cento. Enquanto é amplamente reconhecido que a corrupção facilita todos os outros aspectos dos IFF, as cifras indicam o facto de que há limitações.

45. Estou particularmente preocupado com o facto de que as fontes dos IFF estão em África. Portanto, a responsabilidade fundamental para eliminar as fontes recai sobre os Estados-membros. É uma questão que requer a nossa acção urgente porque a evidência actual mostra que a adopção atempada de medidas que reduzem as vazões financeiras ilícitas de África irá proporcionar uma grande fonte de fundos para os quadros de desenvolvimento globais e continentais num futuro próximo, nomeadamente a Agenda 2063 e a Agenda 2030. Além disso, o combate bem-sucedido dos IFF irá gerar impactos positivos em termos de governação, resultando em melhorias sustentáveis do ambiente empresarial.

46. A 24ª Sessão Ordinária da Conferência adoptou, em Janeiro de 2015, uma Declaração Especial sobre os IFF que, entre outros aspectos: (i) compromete os Estados-membros a implementar as recomendações do Painel de Alto Nível; (ii) solicita o Painel a garantir a implementação das recomendações ao nível global; e (iii) solicita à Comissão, através do Painel, a submeter anualmente relatórios de actividades à Conferência. No âmbito da Declaração Especial da UA, o Painel desenvolveu uma matriz do plano de acção baseado nos resultados para orientar e registar periodicamente as realizações dos países africanos para reduzir os IFF. A matriz inclui as medidas sugeridas que abrangem 24 áreas distintas, com base nas principais recomendações do Painel de Alto Nível. No

contexto da implementação da Declaração Especial, a Comissão continuará a trabalhar com os Estados-membros para garantir que possam dar *feedback* relevante, e que sigam os passos necessários. A este respeito, enviei recentemente uma carta aos Ministros das Finanças de todos os Estados-membros para obter o seu apoio e cooperação.

47. Durante o ano de 2017, a Comissão continuou a apoiar os esforços do Painel de Alto Nível para mobilizar apoio internacional e criar alianças sobre esta questão. Felicito o Grupo Africano nas Nações Unidas pela iniciativa que culminou com a adopção, em Dezembro de 2016, pela Assembleia Geral de uma resolução sobre os IFF. Gostaria de apelar ao Grupo Africano para que continue a lidar com esta questão até à sua conclusão lógica, através da plena implementação da resolução.

ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Perspectivas Económicas de África em 2017

48. O crescimento económico geral em África aumentou em 3.1% em 2017, depois de registar o seu crescimento mais baixo de 1.7% em 2016. A economia de África expandiu-se devido à ligeira recuperação dos preços dos produtos e melhores condições locais sustentadas pela melhoria na gestão macroeconómica. O aumento do consumo e do investimento contribuiu para a recuperação do crescimento de África, não obstante os preços relativamente baixos dos produtos, as condições climáticas adversas e as condições económicas globais frágeis que afectam alguns países. África é a segunda região que regista o maior crescimento depois da Ásia Oriental e da Ásia do Sul (5.9%), seguidos pelo Sudeste Europeu (2.5%) e pela América Latina e a Região das Caraíbas (1%).

49. O crescimento permaneceu relativamente forte na maior parte dos países africanos, não obstante o abrandamento económico global registado durante o período, desde meados de 2014. Mais de 70% dos países africanos registaram uma taxa de crescimento médio superior a 3% em 2017. Cerca de 25% dos países africanos registaram uma taxa de crescimento médio na ordem de 5% e acima disso em 2017. A recuperação nalgumas das grandes economias e o crescimento robusto contínuo nas outras economias subestimou o crescimento do continente em 2017. Em geral, a maior resiliência continua a ser observada em 2017 entre as menores economias e não dependentes de produtos, bem como a heterogeneidade significativa nas sub-regiões e nos grupos económicos.

50. Apesar das pressões inflacionárias que ocorrem nalguns países em 2017, a inflação continuou a ser elevada, registando 13% em 2017 contra 10% em 2016. O efeito da subida dos preços do petróleo, o reforço da demanda local e as desvalorizações da moeda forçaram o aumento dos custos das importações e exacerbaram as pressões inflacionárias no continente. Contudo, isso será, até certo ponto, compensado pelas políticas monetárias restritas e aumento da produção

agrícola em alguns países. Do mesmo modo, a alta volatilidade da taxa de câmbio testemunhada por um grande número de moedas africanas em 2016 registou um enfraquecimento e as moedas tornaram-se mais estáveis em 2017.

Desempenho Comercial e Industrial de África

51. As exportações dos produtos de África registaram um crescimento de 8.9% em 2017, duas vezes superior ao crescimento comercial global de 4.3% devido à recuperação na economia global, especialmente nos parceiros comerciais de África e a recuperação generalizada da actividade comercial global. Durante o primeiro trimestre de 2017, as exportações de África para China aumentaram em 46%, com as exportações agrícolas que registaram um aumento de 18%, comparado com o mesmo período em 2016. Os aumentos significativos dos preços de produtos tais como cobre desde o início de 2017 contribuíram para ganhos significativos no valor comercial com a China. O comércio total da China com África aumentou em 16.8% no primeiro trimestre de 2017.

52. Contudo, as exportações de África para o mundo continuam fracamente diversificadas e dominadas pelos produtos básicos, principalmente hidrocarbonetos e outras exportações de minerais. De 2010-2015, os hidrocarbonetos constituíam 55% das exportações de África, com a manufactura contribuindo com apenas 18%. Não obstante os esforços de África para a industrialização, a comparticipação do sector de produção de África nas exportações da produção mundial ainda constitui menos de 1 por cento, uma comparticipação que baixou ainda mais desde 2010. A diversificação das economias é, desta forma, um imperativo urgente para África.

53. África continua enraizada entre os níveis mais baixos das cadeias de valor globais. A industrialização no continente está a envidar esforços para registar um crescimento. A composição das exportações dos países africanos continua a ser dominada por mais de 60% das exportações totais pelas matérias-primas com um valor acrescentado mínimo. Os países africanos despendem cerca de 30 biliões de Dólares Americanos por ano para importar alimentos processados a partir de ingredientes geralmente abundantes no continente. A referida tendência pode ser revertida através do agro-processamento de valor acrescentado que iria contribuir para a criação de inúmeros postos de trabalho, especialmente para a população jovem em crescimento. A este respeito, a UA embarcou no desenvolvimento de uma Estratégia de Produtos como um instrumento fundamental para orientar a transformação estrutural de África, acréscimo de valor e industrialização baseada nos produtos.

54. O Comércio Intra-africano aumentou de 10% para 16% do comércio total de África durante os últimos cinco anos. Contudo, o nível do Comércio Intra-africano ainda compara-se desfavoravelmente com as outras regiões do mundo – o comércio intra-regional é de 70% na UE, 52% na Ásia e 26% nos países da América do Sul.

Sector Privado e Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas

55. Para as economias Africanas, as PME representam mais de 90% das empresas do continente, e contribuem com mais de 50% do PIB, o que representa cerca de 63% do emprego nos países de baixa renda. Apesar da sua importância, há menos enfoque das políticas no desenvolvimento das PME. A prestação de um apoio efectivo às PME de África, especialmente no sector da indústria transformadora poderia garantir benefícios para o continente no que diz respeito à criação de emprego para a sua população jovem e o aumento da beneficiação dos produtos locais, maximizando simultaneamente as cadeias de valores regionais. Assim a Comissão em colaboração com as CER desenvolveu um projecto de Estratégia das PME, para apreciação pelos Ministros Responsáveis pelo Comércio, indústria e Recursos Minerais

56. Constatado com pesar que o desenvolvimento do sector privado em África, incluindo o desenvolvimento das PME, continua a ser impedido por diversos desafios. O ambiente em que operam poderia ser mais propício a melhores estruturas institucionais que permitam a requalificação e o desenvolvimento para uma transição da informalidade 'amaldiçoado', acesso a financiamento necessário para estimular inovações e promoção da sua participação nos processos de industrialização e cadeias de valor. O sector privado em África também enfrenta lacunas de competências e inadequação das competências que restringem a sua capacidade de desempenhar o seu papel de catalisador do desenvolvimento industrial do continente e transformação mais vasta. Por exemplo, de acordo com Fundação Africana de Reforço de Capacidades, 4 milhões de engenheiros e 70.000 cientistas agrícolas adicionais são necessários para apoiar o desenvolvimento industrial de África.

Perspectivas a Médio Prazo e Via a seguir

57. As perspectivas de crescimento de África parecem favoráveis a médio prazo impulsionadas por uma gestão macroeconómica prudente contínua e uma forte procura interna, sustentada pelo aumento do investimento público e privado. O crescimento deverá atingir 3,6% em 2018 e 3,8% em 2019. No entanto, a lenta recuperação do crescimento nas economias avançadas e emergentes e a retracção dos mercados financeiros nas economias desenvolvidas podem continuar a afectar negativamente a procura a nível das exportações e a reduzir o influxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para a África. Os níveis de dívida pública são sustentáveis, mas permanecem altos, apelando à necessidade de se investirem os valores dos empréstimos contraídos em sectores produtivos para gerar retornos que poderiam permitir o reembolso atempado, e a melhoria das perspectivas de crescimento dos países.

58. Dado o panorama económico actual no continente, gostaria de destacar o seguinte:

- i) África necessita de diversificar a sua economia e acrescentar valor através de uma industrialização baseada em produtos de base e aumentar a produtividade na agricultura e nos sectores não agrícolas;
- ii) A promoção da industrialização em África deve continuar a satisfazer as necessidades das empresas privadas, em particular as PME, que são a espinha dorsal do sector privado africano. O continente deve, sem dúvida, promover "*Made in Africa*", na qual o sector privado, em particular as PME, tem um papel crucial a desempenhar;
- iii) As políticas industriais da África devem ser coerentes com outras políticas, incluindo as políticas de comércio para promover o acréscimo de valor e diversificação económica. Essas políticas poderiam incluir o 'proteccionismo inteligente', dos quais os sectores industriais nascentes podem desenvolver a produtividade através da aprendizagem pela prática, a actualização tecnológica, o apoio de empresas líderes e redução de tarifas sobre insumos importados para os sectores industriais, bem como a redução de barreiras às importações de serviços que são insumos para o sector industrial. As políticas industriais também deve prestar atenção ao desenvolvimento de serviços de produção, tais como o *design*, a política de marca e o marketing e branding que promovem o "*Made in Africa*";
- iv) A mobilização de recursos financeiros para apoiar o sector privado em África não pode ser sobrestimada. A promoção do desenvolvimento dos mercados financeiros, que tire proveito dos recursos internos para o desenvolvimento a longo prazo, e que seja acessível de forma inclusiva a um leque de agentes económicos seria um contributo significativo para melhorar a capacidade do sector privado africano de participar na industrialização e cadeias de valor de desenvolvimento de África. Aos níveis regional e continental, tirar proveito dos fluxos financeiros transfronteiriços da Diáspora de África que continua a ser uma fonte consistente de fluxos externos, poderia ser crucial para o desenvolvimento do continente. Iniciativas para melhorar o uso de canais de remessas, reduzindo os custos associados e através da mobilização das remessas para fins de investimento, poderiam ajudar a canalizar financiamento da Diáspora para o processo de industrialização das economias africanas;
- v) É também importante sublinhar que o nosso continente terá que promover activamente todos os meios viáveis de mobilização de recursos tanto domésticos como estrangeiros. Isto inclui a questão de tirar-se proveito do excesso de liquidez do sector bancário para o desenvolvimento (particularmente em projectos de desenvolvimento a longo prazo) e de questão de pôr-se termo aos fluxos financeiros ilícitos fora de África;

- vi) Os Estados-Membros devem reforçar as plataformas de diálogo público-privado a todos os níveis, a fim de tirar proveito da boa vontade do sector privado, para que este seja um parceiro fiável no desenvolvimento de África. A ZCLC é um caso em questão, onde o sucesso da iniciativa reside, em grande medida, na capacidade de envolver o sector privado durante todo o processo - desde as negociações, passando pela implementação, monitorização e avaliação.

Integração Regional

59. A integração económica acelerada é vital para o nosso desenvolvimento e para a prosperidade do nosso povo. Isto é um imperativo, não uma opção. Juntamente com a livre circulação de pessoas e bens em todo o continente, a integração vai certamente proporcionar soluções internas para a pobreza e o flagelo da imigração irregular.

60. Tenho o prazer de informar que progressos tangíveis foram registados na nossa agenda de integração, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento da **Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLC)**. No início de Dezembro de 2017, o Governo do Níger acolheu a 4ª Reunião dos Ministros da UA de Comércio. A reunião de Niamey, em que participei, concluiu a primeira fase das negociações sobre o ZCLC, em conformidade com a decisão adoptada pela Conferência da União em Junho de 2015 em Joanesburgo. Mais especificamente, os Ministros do Comércio aprovaram o Acordo Constitutivo da ZCLC, juntamente com o Protocolo sobre o Comércio de Serviços. Em 8 de Janeiro de 2018, eu enviei uma carta a todos os Chefes de Estado e de Governo africanos para actualizá-los sobre os progressos realizados e conseguir o seu apoio contínuo visando a conclusão do processo de negociação da ZCLC. O Presidente Issoufou Mahamadou, na qualidade de Líder do processo de negociação da ZCLC, apresentará um relatório à Conferência. aguardo com expectativa a adopção das recomendações nele contidas, incluindo a convocação de uma Cimeira Extraordinária para a assinatura do Acordo da ZCLC. Após consultas adequadas, tenho a intenção de nomear uma equipa de enviados para sensibilizar os Estados-membros sobre a necessidade de assinar e ratificar o Acordo e o seu Protocolo de forma expedita, logo que estes instrumentos tenham sido adoptados pela Conferência da União. Estes enviados estabelecerão igualmente contactos com outros intervenientes, incluindo a sociedade civil e o sector privado, para explicar os benefícios da ZCLC e garantir a apropriação plena do processo de implementação.

61. A ZCLC, que é um projecto emblemático da Agenda 2063, e promete a criação de um mercado de mais de 1,2 mil milhões de pessoas. A sua implementação vai aumentar significativamente o comércio intra-Africano, criar economias de escala e cadeias de valor regionais e aumentar as oportunidades de emprego, numa altura em que são necessários esforços renovados para ir ao encontro das necessidades dos jovens de África e tirar proveito pleno do dividendo demográfico. Haverá uma segunda fase de negociações na parte final do ano com um enfoque sobre a política da

concorrência, direitos de propriedade intelectual e investimento. aguardo com expectativa a conclusão do processo no próximo ano.

62. Saúdo calorosamente esta evolução positiva e crítica e louvo a todos os envolvidos, em particular Presidente Issoufou Mahamadou do Níger pela sua liderança e compromisso. O meu apreço estende-se igualmente aos Ministros, Altos funcionários e Negociadores Chefe dos Estados-membros, bem como aos representantes das CER. Agradeço igualmente os nossos Parceiros Técnicos, incluindo ECA, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), cujo apoio às negociações da ZCLC foi inestimável.

63. Gostaria também de recordar que a Conferência na sua Sessão Ordinária em 24 de Janeiro de 2015 aprovou uma declaração sobre a implementação da Decisão de Yamoussoukro de 1999 que institui a criação de um **Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM) até 2017**. Durante a Cimeira de Janeiro de 2015, onze (11) Estados-membros declararam o seu compromisso solene relativamente à implementação da Declaração de Yamoussoukro para a criação da SAATM até 2017. Até à data, a Comissão registou a adesão ao compromisso solene de vinte e três (23) Estados-membros, a saber: Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, República do Congo, Côte d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Suazilândia, Togo e Zimbábue. No entanto, o SAATM não pôde ser lançado em 2017, devido a atrasos na adopção dos instrumentos regulamentares-chave. Após a conclusão do quadro regulamentar necessário o SAATM será lançado durante a Cimeira de Janeiro de 2018.

64. Através de uma carta enviada a todos os Chefes de Estado e de Governo africanos, em Dezembro de 2017, salientei que África terá benefícios económicos significativos ao liberalizar e unificar o seu mercado interno de transporte aéreo. Este é, de facto, um projeto de resultados rápidos, que não requer grandes investimentos em recursos financeiros ou técnicos. Políticas progressivas simples e reformas regulamentares, é tudo o que é necessário para estimular um crescimento importante na indústria da aviação de África. Isto irá, por sua vez, ter um impacto positivo nos outros sectores socioeconómicos. A abertura do mercado de transporte aéreo vai levar a um aumento rápido das rotas e número de voos, proporcionando mais oportunidades para investimentos transfronteiriços nas indústrias de produção e serviços, incluindo o turismo. Além disso, a conectividade do transporte aéreo desempenha um papel importante na logística a operacionalização da ZCLC e do Protocolo sobre o Movimento Livre de Pessoas e Bens. Aproveito esta oportunidade para louvar os vinte e três (23) Estados-membros que se propuseram a implementar a Declaração de Yamoussoukro e insto a todos os outros a aderirem, sem demora, a este projecto crítico para o benefício de todo o continente.

65. De modo mais geral, a Comissão intensificou os seus esforços para a implementação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) com vista a criar uma infra-estrutura regional necessária para a interconexão

continental. Alguns dos projectos do PIDA estão numa fase muito avançada, incluindo dois projectos hidroeléctricos nas partes Oriental e Ocidental de África, sendo estes a Barragem de (Ruzizi III) e a Barragem de Sambagalou. Esforços continuam também a ser envidados no que diz respeito ao projecto INGA III na RDC. A este respeito, enviei uma carta ao Presidente Joseph Kabila Kabange, em 5 de Dezembro de 2017, para reiterar o apoio da Comissão relativamente ao projecto INGA III e a disponibilidade da Comissão de continuar a trabalhar com todos os parceiros interessados visando facilitar o lançamento atempado do projecto. Recomendei o estabelecimento de um Comité Estratégico de Alto Nível envolvendo a Comissão da UA, o BAD e a Agência da NEPAD com vista a apoiar os esforços em curso, tendo recomendado igualmente que o projecto fosse apresentado durante a Cimeira de Junho-Julho de 2018. Apraz-me igualmente informar que progressos estão a ser registados em relação à iniciativa Africana de Energias Renováveis (AREI), sobre ao qual o Presidente Alpha Condé irá apresentar um relatório à Conferência.

Instituições Financeiras Pan-africanas

66. O Artigo 19º do Acto Constitutivo prevê a criação de três instituições financeiras Pan-africanas, nomeadamente o Banco Africano de Investimento, o Fundo Monetário Africano e o Banco Central Africano. Essas instituições são instrumentos fundamentais para o financiamento sustentável da transformação socioeconómica de África.

67. No que diz respeito ao Banco Africano de Investimento, o Protocolo que o institui foi adoptado pela Conferência da União em Fevereiro de 2009. Até agora, vinte e duas (22) assinaturas foram registadas: Angola, Benin, Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, Comores, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Líbia, Libéria, Madagáscar, Níger, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Togo e Zâmbia. Entre estes, apenas cinco avançaram para a ratificação: Benin, Burkina Faso, Congo, Líbia e Togo.

68. Em relação ao Fundo Monetário Africano, o Protocolo e Estatuto foram adoptados em Junho de 2014 durante a 23ª Sessão Ordinária da Conferência da União realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Nove assinaturas foram registadas: Benin, Camarões, Chade, Congo, Gana, Guiné-Bissau, Mauritânia, São Tomé e Príncipe e Zâmbia. No que diz respeito ao Banco Central Africano uma Estratégia Conjunta para a sua criação foi adoptada em Malabo em Julho de 2015, durante a Assembleia da Associação dos Bancos Centrais Africanos. A estratégia foi endossada pelos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico em Março de 2016, e aguarda aprovação pela Conferência.

69. Continuo preocupado com o ritmo lento de implementação das decisões tomadas pela Conferência. Exorto os Estados-membros a tomarem as medidas necessárias visando permitir a operacionalização antecipada das instituições financeiras Pan-Africanas.

A Livre Circulação de Pessoas e o Passaporte Africano

70. A Livre Circulação de Pessoas em África é um pilar fundamental para o processo de integração continental. O alicerce designado a facilitar gradualmente a livre circulação de pessoas em África foi determinado pelo Tratado de Abuja de 1991 sobre a Comunidade Económica Africana (AEC). A Decisão EX.CL/Dec.908(XXVIII) de Janeiro de 2016, sobre os resultados do Retiro de Mekele do Conselho Executivo, realizado em Janeiro de 2016, afirma mais ainda o compromisso para com a livre circulação de pessoas e bens. Esta reforçou a Decisão Assembly/AU/Decl.6 (XXV) de Junho de 2015, na qual a Conferência reiterou os compromissos anteriores destinados a acelerar a mobilidade e a integração no continente e, mandou a Comissão a elaborar um Protocolo sobre a Livre Circulação até 2018.

71. Enquanto a Agenda de integração africana nas áreas de comércio, bens e serviços registou avanço, a integração através da livre circulação de pessoas não alcançou progressos comparáveis, devido à falta de políticas necessárias. Durante a Sessão da Conferência realizada em Kigali, em Julho de 2016, os Chefes de Estado e de Governo tomaram um passo ousado de lançar o Passaporte Africano, tendo exortado os Estados-membros a emití-lo a todos os cidadãos africanos. Esta decisão desempenhou um grande [papel] na catalisação dos esforços por vários Estados-membros de flexibilizar os requisitos de vistos para cidadãos africanos e esforçarem-se rumo à livre circulação de pessoas. Saúdo estes passos.

72. Com base nesses avanços, a elaboração e a adopção do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, em harmonização com as diferentes políticas nacionais e regionais na área de regimes de vistos, autorizações de residência e o direito de estabelecimento é, portanto, um desenvolvimento acolhido, no âmbito da nossa marcha rumo à integração regional. Aquando da Segunda Sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Migração, Refugiados e Deslocados, realizada em Kigali, de 20 a 21 de Outubro de 2017, foram adoptados um Projecto de Protocolo ao Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana, relativo à Livre Circulação de Pessoas, o Direito de residência e o Direito de Estabelecimento, bem como o seu Roteiro Estratégico de Implementação. O Projecto de Protocolo que prevê igualmente que os Estados-Membros adoptem o Passaporte Africano para os seus cidadãos, foi revisto por uma sessão do CTE da Justiça e Assuntos Jurídicos realizada em Adis Abeba, em Novembro de 2017.

73. O Projecto de Protocolo já foi remetido à Conferência para adopção. Entrará em vigor na data da sua adopção pela Conferência, ou trinta (30) dias após o recebimento do décimo quinto instrumento de ratificação. Dado o entusiasmo louvável e os esforços concentrados que foram demonstrados pelos Estados Membros na discussão e preparação do Projecto de Protocolo, recomendo à Conferência, a anterior opção para sua entrada em vigor.

GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA

74. As questões da segurança dos alimentos, a nutrição e a segurança alimentar, estão indissociavelmente ligadas não apenas umas às outras, mas também à saúde humana e ao comércio. O alimento inseguro cria um ciclo vicioso de doenças e desnutrição, afectando particularmente bebés, crianças pequenas, idosos e doentes. As doenças transmitidas por alimentos impedem o desenvolvimento socioeconómico, esforçando os sistemas de saúde e prejudicando as economias nacionais, o turismo e o comércio. Infelizmente, não são muitos os estudos que estimaram o custo dos surtos de doenças transmitidas por alimentos em África, a fim de compreender plenamente a magnitude da perda como proporção do produto interno bruto nacional. De acordo com a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), um único desafio de segurança alimentar como as aflatoxinas é estimado ser responsável por prejudicar até 25% das culturas alimentares mundiais, resultando em grandes perdas económicas em muitos países em desenvolvimento, contribuindo igualmente para doenças humanas e animais. Há, igualmente, relatos de que os mesmos são responsáveis pela perda de mais de 670 milhões de dólares americanos em ganhos comerciais de exportação, devido à contaminação em cereais, frutas secas e nozes.

75. A inacção por parte dos governos no sentido de afirmar o controlo alimentar pode, portanto, levar a implicações comerciais devastadoras. Um único evento de um surto de doenças transmitidas por alimentos pode trazer consequências económicas inimagináveis, incluindo a perda de reputação, mercados de exportação, com efeito negativo catalítico sobre o emprego e os meios de subsistência. A meta da Comissão, de triplicar o comércio intra-regional de produtos agrícolas até 2025 será difícil de efectivar, desde que não haja mecanismos estruturados continentais, regionais e nacionais para fornecer coordenação e liderança sobre o controlo de sistemas alimentares em África.

76. Por outro lado, as cadeias de fornecimento de alimentos já atravessam múltiplas fronteiras nacionais. Infelizmente, os Estados-Membros têm diferentes regimes de controlo de alimentos que não alcançam o mesmo nível adequado de protecção, sufocando assim o comércio intra-regional. Uma boa colaboração entre governos, produtores e consumidores é essencial para garantir a segurança alimentar em toda a África.

77. Em 2012, a Comissão lançou a Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PACA), uma iniciativa que visa coordenar e apoiar a mitigação da aflatoxina em todos os sectores da saúde, agricultura e comércio em África. A PACA, que actualmente trabalha em seis países-piloto, alcançou progressos significativos no controlo da aflatoxina, através da geração de dados relevantes localmente, a criação da capacidade humana e laboratorial para testes de aflatoxinas e o apoio à elaboração de estratégias nacionais e regionais e, facilitação da mobilização de recursos para sua implementação. Estou igualmente ciente de que várias CER e Estados-membros

iniciaram a implementação de programas regionais e nacionais para o reforço das capacidades sanitárias e fitossanitárias, em particular no que respeita à segurança alimentar. No entanto, esses programas estão a prosseguir a passos diferentes. Além disso, as CER não conseguiram desenvolver uma massa crítica da capacidade técnica para fornecer a liderança necessária a fim de catalisar as reformas substantivas a nível do continente, que são necessárias para abordar os desafios da segurança alimentar.

78. Neste contexto, é fulcral que se garanta uma aproximação e harmonização uniformizadas dos padrões de segurança alimentar em todo o continente, e que se aumente o apoio aos Estados-membros para melhorar coordenação de todas as questões relacionadas com a segurança alimentar em África, com vista a salvar vidas e melhorar a saúde de povos africanos, bem como melhorar a capacidade do continente de participar eficazmente no comércio internacional e aumentar os padrões de vida. A implantação do regime de segurança e qualidade dos alimentos em toda África é, deveras, uma necessidade urgente. Consequentemente, a Comissão propôs acolher, em colaboração com a OMS e a FAO, a proposta Conferência Internacional sobre Segurança Alimentar em 2019, a fim de obter ainda mais o apoio político para o estabelecimento de uma estrutura continental de segurança alimentar. Irei envolver as partes interessadas relevantes nos nossos Estados-Membros, bem como parceiros, de forma a promover a segurança alimentar no continente.

PROTECÇÃO DA FAUNA, FLORA E TERRAS SELVAGENS

79. A Agenda 2063, sob a Aspiração 1 - 'Uma África próspera, baseada no desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo', enfatiza a importância do meio ambiente e dos ecossistemas, incluindo a fauna, flora e terras selvagens como fundamentais para a prosperidade global e o desenvolvimento do continente. O meio ambiente suporta directamente os meios de subsistência da maioria dos africanos, com uma grande proporção da população do continente a depender da agricultura de subsistência, água não tratada, energia da madeira e materiais de construção provenientes do meio ambiente. A conservação da fauna e flora selvagens também oferece benefícios globais que conduzem à promulgação de vários instrumentos internacionais que incluem a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna e da Flora Selvagem, bem como a Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens.

80. O rápido crescimento económico de África é relatado de forma vasta. Ao mesmo tempo, durante os últimos 20 anos, o continente vivenciou perdas devastadoras da sua herança de vida selvagem exclusiva. Por exemplo, os leões que uma vez estavam numerados em 50.000 em todo o continente por volta de 2005, estão presentemente em aproximadamente 23.000. Os elefantes de África, que numeravam-se em 1.3 milhões em 1970, reduziram para cerca de 600.000 em 2005 - devido à pressão da caça furtiva, os seus números estão presentemente estimados em aproximadamente 470.000. Das cinco subespécies de rinocerontes de África, um foi

declarado extinto nos últimos dois anos. Em síntese, atendendo que África cresceu, a sua base de recurso ecológico na qual as gerações futuras dependem, está a ser corroída.

81. As perdas em matéria de diversidade das espécies e riqueza de recursos naturais, funcionamento do ecossistema e serviços afins, terão um impacto adverso sobre os esforços direccionados de alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste panorama, os esforços renovados para a conservação da flora, fauna e terras selvagens de África são fulcrais. Com uma agenda clara, África pode desenvolver economicamente e conservar as suas principais floras, faunas e terras selvagens.

82. Há ameaças subjacentes comuns à segurança e à biodiversidade. Os sindicatos de traficantes fortemente armados, interconectados e financiados, operam em toda uma gama de mercados ilícitos, incluindo armas ilegais, tráfico humano e produto de animais selvagens. A agenda para reforçar a segurança e a protecção da biodiversidade é compartilhada. Adicionalmente, há uma evidência crescente de que os conflitos sobre recursos que resultam da degradação ecológica são um impulsor subjacente da violência e insegurança, particularmente no caso de recursos hídricos e agrários e, no contexto dos sistemas transfronteiriços. Ligado a este aspecto é o impacto evidente da erosão destes recursos naturais sobre a migração.

83. Na sua 27^a Sessão Ordinária, em Junho de 2015, em Joanesburgo, África do Sul, o Conselho Executivo adoptou a Decisão EX.CL/Dec.879 (XXVII), na qual endossou a Estratégia Africana sobre o Combate à Exploração e Comércio Ilegais da Fauna e Flora Selvagem e, exortou os Estados-membros e parceiros da UA a apoiar e facilitar a sua execução. A Estratégia Comum Africana visa, eventualmente, a impedir, reduzir e eliminar o comércio ilegal da flora e fauna selvagens, através de uma resposta coordenada de todos os países. Como forma de acompanhamento, a Comissão elaborou, em Setembro de 2017, uma estrutura de monitoração para a execução da Estratégia. Tomaram-se igualmente medidas para disseminar esta Estratégia, e concluiu-se ao mesmo tempo com o Fundo Africano para a Fauna e Flora Selvagens (AWF), um Memorando de Entendimento para apoiar a sua execução.

84. Estes esforços devem ser aumentados. No período que se segue, pretendo melhorar a coordenação entre todas as partes envolvidas no seio do sistema da UA, de modo a garantir a implementação eficaz da estratégia. A Comissão vai também mobilizar os Estados-membros no sentido de conscientizar e apoiar os esforços nacionais destinados a proteger a fauna, flora e terras selvagens. Além disso, a Comissão vai, de forma proactiva, envolver os parceiros internacionais, quer bilateralmente, quer no âmbito dos fóruns multilaterais, com vista a promover a agenda de desenvolvimento, tendo o aspecto da conservação no seu cerne.

PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E ELEIÇÕES

Progresso na Operacionalização da Arquitectura Africana de Governação

85. Importa recordar que em 2011, a 16ª Sessão Ordinária da Conferência da União adoptou a Arquitectura Africana de Governação (AGA) como uma estrutura para o diálogo entre as partes interessadas, tendo como objectivo final a harmonização dos Instrumentos de Valores Comuns da UA e a coordenação das iniciativas voltadas a promover e a consolidar a governação democrática no continente.

86. Desde o seu início, e em estreita cooperação e colaboração com a Arquitectura Africana de Paz e da Segurança (APSA), a AGA alcançou progressos tremendos quanto às políticas e desenvolvimento institucional para o aumento da coordenação, colaboração e sinergia em torno das questões relacionadas com a governação democrática. Em 2017, continuaram os esforços para operacionalizar ainda mais a AGA, bem como a Plataforma de Governação Africana através do Secretariado, com base em abordagens, nomeadamente:

- a) melhorar a sinergia e a coordenação entre os órgãos, instituições e CER da UA, com mandatos para promover e fortalecer a boa governação, democracia e direitos humanos;
- b) apoiar a implementação e a monitorização dos Instrumentos de Valores Comuns;
- c) promover a participação popular e o engajamento dos cidadãos nos processos de governação democrática; e
- d) gerar, controlar e disseminar o conhecimento em matéria de valores comuns africanos e tendências de governação democrática.

Eleições e Participação da Juventude

87. Em 2017, foram realizadas onze (11) eleições presidenciais e parlamentares. A Comissão destacou missões de observação eleitoral em todas estas eleições, a fim de assegurar a credibilidade e a legitimidade dos seus resultados. As missões de observação também contribuíram para a prevenção da violência eleitoral, que poderia ter provocado instabilidade com consequências negativas para a democratização, a paz e a segurança dos países em causa. Embora a maioria destas eleições tenham ocorrido pacificamente, algumas foram contestadas, levando a protestos violentos nas ruas e intervenções judiciais que impactaram a sua conclusão atempada.

88. Para que a UA alcance maior integração e desenvolvimento, a promoção da participação activa das mulheres e dos jovens em todos os níveis dos processos eleitorais, incluindo candidaturas a cargos políticos a nível nacional, é essencial. Como

parte das actividades que marcam o tema da UA de 2017, a Comissão realizou consultas e sensibilização entre os grupos da juventude em todo o continente. A este respeito, o 4º Fórum Continental Anual sobre Órgãos de Gestão Eleitoral em África, organizado pela Comissão, em Novembro de 2017, focalizou-se no tema da UA de 2017, de forma a reflectir e deliberar sobre os desafios, oportunidades e estratégias para a participação significativa da juventude nos processos eleitorais em África. A questão da participação e representação da juventude também foi extensivamente debatida durante o 6º Diálogo de Alto Nível, em Dezembro de 2017, em Pretória, África do Sul, subordinado ao tema: ***Reforçar a Participação e Representação da Juventude em matéria de Governança em África.***

Promoção da Agenda de Democratização

89. Em termos gerais, os últimos seis meses demonstraram uma vez mais que embora o percurso de África para a democracia seja longo e sinuoso, os cidadãos Africanos e os seus dirigentes estão a encontrar formas de lá chegar. Há mais de 25 anos que os nossos países têm estado em transições democráticas de uma forma ou de outra. Foram feitos progressos substanciais. Há mais governos democraticamente eleitos no continente do que nunca. As nossas democracias deixaram de ser interlúdios entre outras formas de governo: a democracia está a enraizar-se, havendo mais transições pacíficas do poder do que antes. Estão também a tornar-se mais complexas, estando a descentralização e a democracia local a generalizar-se. No âmbito dos esforços para promover a governação democrática no continente, o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) foi reformulado sob a orientação do Presidente Uhuru Kenyatta. O MAAP é o mecanismo interno de África de autoavaliação da governação.

90. As democracias em África estão a criar raízes mais profundas e isto é algo que devemos saudar e apoiar. Na Libéria, pela primeira vez, houve uma transição pacífica e ordeira de um presidente eleito para outro. No Quénia, as eleições foram marcadas pelo alargamento das instituições democráticas ao abrigo do sistema descentralizado previsto pela nova Constituição. Nesses dois países, a democracia teve o apoio das acções de um sistema judicial independente. Na Etiópia, o partido governante tomou muito recentemente medidas importantes para promover o consenso nacional e alargar o espaço democrático. No Zimbabwe, registou-se uma transferência pacífica do poder após a decisão do presidente Robert Mugabe de demitir-se do cargo de Chefe de Estado.

91. O Acto Constitutivo é inequívoco na sua afirmação da democracia constitucional. Não reconhece as mudanças inconstitucionais de governo. A África dispõe de instrumentos continentais e instituições importantes dedicadas para defender os direitos humanos, a democracia e a participação da sociedade civil.

92. A maior força do continente é o entusiasmo duradouro dos cidadãos Africanos para a democracia. A afluência em eleições é geralmente elevada. Os eleitores

aguardam com paciência exemplar pela sua oportunidade de votar. Os supervisores eleitorais nacionais e os jornalistas examinam as campanhas, a votação e a contagem dos votos com um rigor louvável. As comissões eleitorais e o sistema judicial desempenham o seu dever difícil com sentido de responsabilidade, apesar dos escassos recursos e, por vezes, da pressão intensa.

93. No entanto, o preço da democracia é a vigilância constante para responder às necessidades do povo. Essa vigilância é particularmente necessária hoje, pois testemunhamos alguns eleitorados em países com fortes tradições democráticas a sucumbirem ao apelo do populismo autoritário e da xenofobia. Não estamos imunes a essas tendências. Temos uma população de jovens em rápido crescimento, que está bem conectada através das redes sociais e que tem grandes aspirações. No entanto, pode ficar frustrada pela falta de oportunidades de emprego e outras aspirações não satisfeitas. Estamos a ser fustigados pela emigração em massa e pelo turbilhão dos altos e baixos em economias que dependem, em grande medida, dos recursos naturais. As nossas radiofrequências e as redes sociais constituem canais para os apelos dos extremistas. Ainda não verificamos ataques de piratas informáticos às listas de eleitores Africanos ou a manipulação sistemática das opiniões dos eleitores utilizando as redes sociais, mas temos boas razões para nos precavermos para que os inimigos da democracia não sejam capazes de sabotar esses mecanismos e de prejudicar a fé que os nossos povos têm nos processos eleitorais livres e justos.

94. A Comissão irá consolidar as conclusões do 6º Diálogo de Alto Nível no futuro e no âmbito dos esforços para fortalecer o processo de democratização no continente. O Diálogo decorreu na altura em que a UA celebrava o 10º Aniversário da adopção da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, o instrumento normativo de governação democrática mais importante do continente.

TRABALHAR PARA SILENCIAR AS ARMAS ATÉ 2020

95. Em Maio de 2013, por ocasião do Jubileu de Ouro da OUA/UA, a Conferência da União, fixou como objectivo o término de todos os conflitos e guerras em África até 2020. Silenciar as Armas é um dos seus projectos emblemáticos da implementação do Primeiro Plano Decenal da Agenda 2063. Esta é, sem dúvida, uma ambição elevada considerando a natureza prolongada de alguns dos desafios de segurança com que o continente se confronta e a complexidade dos problemas envolvidos. No entanto, a África não tem outra opção senão a de pôr fim à violência que dilacerou tantas das suas regiões e países, se o continente quiser cumprir com as aspirações de proporcionar o bem-estar à sua população e ir além do paradoxo de uma terra rica em recursos e cujos povos se encontram entre os mais pobres do globo.

96. Não há dúvida de que foram feitos progressos no sentido da promoção da paz, da segurança e da estabilidade no continente. No entanto, os desafios que subsistem são enormes. Para alcançar o nosso objectivo de um continente livre de conflitos, temos de empreender esforços maiores e demonstrar um empenho político maior. Estou

convencido de que o objectivo, ambicioso como é, está ao alcance. O fundamental a esse respeito é o seguinte: uma cooperação plena dos Estados Membros com o CPS e a Comissão, no exercício das suas respectivas responsabilidades na prevenção, gestão e resolução de conflitos, em conformidade com as disposições pertinentes do Protocolo do CPS; coordenação e colaboração estreitas entre a UA e as CER/MR, no âmbito da Arquitectura Africana de Paz e Segurança; e apoio total da comunidade internacional, em particular das NU, às prioridades definidas pelo continente. Foi com este espírito que, em Outubro de 2017, nomeei o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia e o antigo Comissário da UA para a Paz e Segurança, Ramtane Lamamra, como Alto Representante da UA para Silenciar as Armas. Nesta qualidade, o Sr. Lamamra, em estreita colaboração com todos os intervenientes, vai galvanizar o apoio para acabar com a violência e manter a paz no continente.

97. Nos parágrafos que se seguem, destacarei alguns dos desafios com que nos confrontamos, a fim de viabilizar a adopção de decisões que podem ser necessárias para levar adiante o objectivo de silenciar as armas até 2020.

Terrorismo e Desafios de Segurança associados

98. O terrorismo continua a constituir uma séria ameaça à segurança no continente e tem merecido lugar de destaque na agenda da UA ao longo dos últimos anos. Do Corno de África, passando pela região do Sahel e a Bacia do Lago Chade, o terrorismo e o extremismo violento colocam um novo conjunto de desafios para a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento no continente. O ano de 2017, testemunhou alguns dos actos de terrorismo mais mortíferos até à data. Em 24 de Novembro de 2017, 311 fiéis foram mortos no ataque à Mesquita Al-Rawda no norte do Egipto. Seis semanas antes deste incidente devastador, mais 512 pessoas foram mortas em Mogadishu. O ataque foi o mais mortal na história da Somália. Na bacia do Lago Chade e na região do Sahel, ataques do Boko Haram continuam a ceifar muitas vidas. Estes são apenas alguns exemplos dos actos contínuos de violência perpetrados contra civis inocentes e contra forças da paz em toda a África ao longo dos últimos anos.

99. Dos conflitos no Médio Oriente e muito além, os terroristas estão a formular narrativas de forma contínua para caracterizar uma injustiça mundial e justificar as suas acções criminosas. Estas dinâmicas estão agora a ter sérias ramificações no nosso continente. Com a derrota do chamado Estado Islâmico no Médio Oriente, o grupo está a procurar fazer do continente Africano, e particularmente do Norte de África e da região do Sahel, a sua nova fronteira. Isto é evidenciado pela situação actual na Líbia e pelo afluxo de milhares de combatentes terroristas Africanos e estrangeiros na região. Considerando a porosidade das fronteiras do continente e as ambições expansionistas dos grupos terroristas, nenhum dos nossos países está imune a esta ameaça.

100. As condições que conduzem ao alastramento do terrorismo e do extremismo violento em África são complexas. A pobreza, a marginalização, as violações dos direitos humanos e outros factores estão a levar pessoas singulares e comunidades a

aderirem a grupos terroristas, seja por convicção ideológica ou pelo desejo de obter ganhos materiais. Daí a necessidade de abordagens adaptadas e específicas ao contexto para prevenir e combater o terrorismo.

101. Já em 1992, a UA adoptou uma série de políticas e instrumentos juridicamente vinculativos. A abordagem da UA também se adaptou continuamente à mudança da natureza e da manifestação da ameaça terrorista em África e ao impacto da evolução global. A este respeito e no âmbito do quadro da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), desenvolvemos uma série de instituições, mecanismos e ferramentas inovadoras para responder à ameaça terrorista. Estas compreendem as operações de apoio à paz e os mecanismos de segurança *ad hoc*, bem como as instituições especializadas como o Comité dos Serviços de Inteligência e de Segurança de África (CISSA), o Centro Africano para o Estudo e Investigação sobre o Terrorismo (CAERT) e, mais recentemente, o Mecanismo da UA para a Cooperação Policial (AFRIPOL). A UA também deu início aos processos de Nouakchott e de Djibuti para melhorar a cooperação em matéria de segurança nas regiões do Sahel e da África Oriental. Essas plataformas continuam a ser fundamentais no reforço da confiança e na promoção de abordagens comuns entre os serviços de inteligência das regiões. Várias CER também formularam estratégias e planos de acção regionais para prevenir e combater o terrorismo.

102. No entanto, apesar dos esforços louváveis da UA, das CER e dos Estados Membros, a resposta continental contra o flagelo do terrorismo continuou fragmentada e incompatível com a magnitude do problema. É por essas razões que a Comissão apelou para uma abordagem integrada e completa que se centra na prevenção e na resolução das condições conducentes à propagação do terrorismo, em respostas integradas em termos de segurança e aplicação da lei, bem como na estabilização sustentável e reconstrução pós-conflito. Estes componentes integrados e que se reforçam mutuamente estão descritos no comunicado histórico aprovado pela 455ª Reunião do Conselho de Paz e Segurança (CPS), realizada a nível dos Chefes de Estado e de Governo, a 2 de Setembro de 2014, em Nairobi, Quênia.

103. Prosseguindo com esta abordagem, a Comissão organizou um fórum de alto nível em Dezembro de 2017, em Oran, Argélia, sob o tema **“Respostas Eficazes e Sustentáveis contra o Terrorismo: Uma Abordagem Regional”**. A reunião reconheceu que as deficiências na prevenção e no combate ao terrorismo e ao extremismo violento no continente, não se devem à escassez de princípios e quadros orientadores. A este respeito, reconheceu-se que não existem alternativas aos esforços liderados e financiados pelos países para obter uma acção significativa e eficaz. A reunião salientou igualmente a necessidade de abordagens regionais e sub-regionais para prevenir e combater o terrorismo. A este respeito, serão também envidados esforços para reforçar os processos de Djibuti e de Nouakchott, com base na reunião que teve lugar em Adis Abeba a 10 de Novembro de 2017, e reuniu os Estados Membros destas duas iniciativas.

República Democrática do Congo

104. Desde que assumi as funções, continuei a acompanhar de perto a situação na RDC, no contexto da implementação do Acordo Político de 31 de Dezembro de 2016, com base no qual as partes chegaram a consenso sobre uma transição conducente à realização de eleições livres, justas e transparentes. No final de Setembro de 2017, visitei Kinshasa para consultar o Presidente Joseph Kabila e outros actores congolezes e para incentivá-los a honrarem plenamente os compromissos assumidos, a fim de consolidar os ganhos alcançados e aprofundar a democracia no país. O Comissário para a Paz e Segurança e o meu Conselheiro Estratégico também viajaram várias vezes para a RDC durante o período em análise para encorajar a implementação do acordo. Além disso, a Comissão organizou ou participou numa série de reuniões consultivas, envolvendo as organizações regionais competentes, as Nações Unidas e outros intervenientes, para discutir a situação na RDC e a melhor maneira da comunidade internacional apoiar o processo em curso. No início de Novembro de 2017, a Comissão Nacional Eleitoral Independente publicou o calendário eleitoral, que prevê a realização das eleições presidenciais e legislativas a 23 de Dezembro de 2018.

105. A publicação do calendário eleitoral é um desenvolvimento positivo. Exorto a todos os envolvidos a garantirem o cumprimento escrupuloso do calendário. Salientei também a importância da criação de medidas de confiança para aliviar a tensão política, prevenir a recorrência dos actos de violência que o ano 2017 testemunhou e para criar um ambiente propício para o bom desenrolar do processo eleitoral. Para o efeito e no quadro das decisões pertinentes do CPS, continuarei a encetar contactos com todos os intervenientes do Congo para incentivar a contenção e o diálogo. A Comissão continuará também a prestar apoio para a realização de eleições pacíficas e transparentes. Apelo à comunidade internacional em geral para que preste a assistência financeira e logística necessária.

República Centro-Africana

106. A UA manteve-se activamente envolvida nos esforços destinados a promover a paz, a segurança e a reconciliação duradouras na República Centro-Africana (RCA), principalmente através da Iniciativa Africana para a Paz e a Reconciliação liderada pela Comissão, em colaboração com os países da região e os principais parceiros internacionais. Esta Iniciativa foi lançada a pedido do Presidente Faustin Archange Touadera e visa facilitar o diálogo entre os grupos armados, que controlam grandes porções do território do RCA e o Governo democraticamente eleito. Nos últimos meses, e após a adopção de um roteiro em Libreville em Julho de 2017, foram tomadas várias medidas para operacionalizar a Iniciativa. Verifico particularmente que o painel de facilitação encetou conversações com os grupos armados em Novembro e em Dezembro de 2017 sob a presidência do meu Representante Especial na RCA. Essas conversações representaram uma oportunidade para o painel informar os grupos armados sobre a Iniciativa e transmitir-lhes minha mensagem, apelando para o fim da violência e para um compromisso total em relação ao processo de paz e de

reconciliação. Um segundo ciclo de conversações está previsto para Fevereiro de 2018. Saúdo o apoio prestado aos esforços em curso por parte da ONU, da UE e de outros parceiros. Não se deverão poupar esforços para garantir o sucesso desta Iniciativa e acabar com a violência e a situação humanitária extrema que assola diferentes partes do país.

Sudão do Sul

107. Entre as situações de conflito com as quais a UA se defronta, poucas são tão desesperantes como a que prevalece no Sudão do Sul. Quatro anos após o eclodir do conflito, todos os esforços para acabar com a violência até agora não obtiveram resultados palpáveis no terreno. A população continua sujeita a sofrimentos incalculáveis. Os dados disponíveis sobre a situação humanitária falam por si. Inúmeras pessoas foram mortas; 1,9 milhões de pessoas estão deslocadas a nível interno e mais de 2 milhões procuraram refugiar-se em países vizinhos; 7 milhões de pessoas precisam de assistência e protecção. Tal como indiquei na minha declaração por ocasião da abertura da primeira fase do Fórum de Revitalização de Alto Nível, realizada sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD), em Adis Abeba, de 18 a 21 de Dezembro de 2017, essa tragédia constitui uma traição à luta de libertação e ao martírio de muitos sudaneses do Sul. Dada a gravidade da situação, o Sudão do Sul foi um dos primeiros países que visitei ao assumir o cargo. Durante essa visita, assisti em primeira mão, a dimensão e profundidade do trauma causado pela violência que aflige o país.

108. Desde então, a Comissão continuou a apoiar plenamente os esforços liderados pela IGAD. A este respeito, o Alto Representante da UA para o Sudão do Sul, o antigo Presidente Alpha Oumar Konare do Mali, continua a realizar consultas regulares com os intervenientes sudaneses do Sul e os líderes regionais. Além disso, o CPS mantém esta situação na ordem de trabalhos. Na sua 720.^a reunião, realizada a 20 de Setembro de 2017, a nível ministerial, em Nova Iorque, o CPS enfatizou que a situação não poderia mais ser tratada de forma rotineira e que era chegado o momento de África tomar medidas decisivas para pôr fim ao sofrimento do povo. A este respeito, o CPS solicitou à Comissão a apresentar-lhe, até Dezembro de 2017, possíveis medidas a serem aplicadas contra todos aqueles que continuam a obstruir os esforços de paz.

109. Na sequência de um vasto processo de consultas com todas as partes relevantes do Sudão do Sul, realizou-se a primeira fase do Fórum de Alto Nível sobre Revitalização conduzido pela IGAD. A assinatura de um Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário a 21 de Dezembro de 2017 gerou expectativas enormes. Infelizmente, as Partes, uma vez mais, não cumpriram seus compromissos, com o eclodir de conflitos entre vários signatários imediatamente após a assinatura do Acordo. Em 12 de Janeiro de 2018, o Secretário-Geral das Nações Unidas e eu emitimos um comunicado conjunto condenando as violações do Acordo e apelando às partes do Sudão do Sul para que cessem imediatamente todas as hostilidades, desistirem de realizar mais operações militares e cumprirem seus

compromissos. Expressamos nossa intenção de apoiar a imposição de medidas, em conformidade com o comunicado do CPS de 20 de Setembro de 2017, caso as partes continuem a violar seu próprio Acordo.

110. Considero a situação no Sudão do Sul como um dos maiores desafios que a União enfrenta actualmente. Estou plenamente convicto de que a Cimeira deve transmitir uma forte mensagem às partes do Sudão do Sul para acabar com esse conflito sem sentido e comprometer-se genuinamente a um acordo político sustentável e inclusivo que permita ao Sudão do Sul concretizar o seu potencial e permitir que a sua população finalmente aproveite os frutos da sua dura conquista da independência. Desejo aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, reiterar o reconhecimento da UA à IGAD e aos Chefes de Estado e de Governo da região, pelo seu empenho e firmeza. A sua liderança contínua é fundamental para avançar o processo de paz. A UA continuará a defender a região na sua procura para uma paz duradoura.

Somália

111. A **Missão da UA na Somália** (AMISOM) continua a contribuir de forma significativa para a paz e a estabilidade na Somália. A sua presença criou um ambiente propício para avanços importantes na frente política, incluindo a boa condução do processo eleitoral, o que resultou na transferência pacífica do poder e na celebração do acordo político sobre os principais princípios da governação do sector de segurança numa Somália federal. Contudo, o ambiente no cômputo geral mantém-se difícil, como se pode ver no ataque de Outubro em Mogadíscio. Apesar desses desafios, a AMISOM fez importantes progressos na facilitação de uma transição baseada em condições, através do reforço de capacidades dos efectivos militares e policiais somalis e do início da transferência de responsabilidades de segurança em vários locais onde as condições eram favoráveis. Tal permitiu o repatriamento de 1.000 efectivos militares, em conformidade com a Revisão conjunta UA/ONU de Abril de 2017 da AMISOM e as decisões subsequentes relevantes pelo CPS da UA e pelo Conselho de Segurança da ONU. A presença da AMISOM continua a ser indispensável para assegurar uma boa transição realizada de forma ordenada e gradual.

112. O financiamento previsível e sustentável da AMISOM para o restante período de transição é necessário para preservar os ganhos alcançados ao longo da última década e evitar um recuo das dimensões estratégicas. A este respeito, mantive diversos intercâmbios de informação com o Secretário-Geral da ONU para consultar sobre a melhor forma de avançar o pedido feito a ele pelo Conselho de Segurança para explorar os mecanismos de financiamento da AMISOM, tendo em conta toda a gama de possibilidades disponíveis, bem como as limitações do financiamento voluntário. Neste contexto, solicitamos o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia e Comissário para a Paz e Segurança da UA, Ramtane Lamamra e o antigo Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas para as Operações de Manutenção de Paz, Jean Marie Guehenno, para procederem a uma consulta alargada com os países que contribuem com forças militares e outros intervenientes fundamentais, com vista a

formular recomendações sobre o financiamento previsível e sustentável da AMISOM, no quadro de uma estratégia de transição abrangente que também exige o reforço da capacidade das forças somali.

113. Não se deverão poupar esforços para preservar os ganhos obtidos na Somália. Os líderes somalis devem perseverar no caminho da reconciliação e mostrar o compromisso necessário para constituir forças de segurança somali fortes e capazes que possam, em última instância, garantir a segurança de seu país, e considero que isso deve compreender uma maior prestação de contas pelo apoio internacional. Devem igualmente manter a coesão entre as suas instituições nacionais e todos os actores internacionais interessados devem actuar de forma a promover essa unidade e coesão.

Corno de África

114. Os desafios relativos à paz e à segurança no continente africano apresentam-se particularmente de uma forma mais grave no Corno de África. A região da IGAD sofre de conflitos armados particularmente incontroláveis e complexos e continua a ser atingida pela instabilidade. Os desafios de estabelecer paz e segurança sustentáveis resultam de factores internos, incluindo problemas herdados de guerras passadas, e de factores externos, incluindo o crescente alastramento do conflito no Iémen. A UA e seus parceiros, incluindo a IGAD e a ONU, estão profundamente empenhados em tentar prevenir, gerir e resolver esses conflitos. Como resultado, o Corno de África acolhe a maior concentração mundial de forças de manutenção de paz e vários processos de paz em andamento. Conhecendo esses desafios, a Conferência e o CPS, em numerosas ocasiões, sublinharam a necessidade de uma abordagem regional e holística dos desafios da paz, segurança e estabilidade no Corno de África em apoio à IGAD, o que levaria à convocação de uma conferência sobre paz, segurança, estabilidade, cooperação e desenvolvimento no Corno de África, e solicitou à Comissão, designadamente ao Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) no sentido de trabalharem nesse sentido.

115. É neste contexto que a UA convocou uma **Consulta Estratégica sobre o Corno de África**, em Cartum, no Sudão, em Outubro de 2017. Muitas questões concretas foram discutidas relacionadas como o legado dos conflitos passados, o papel da pobreza e do subdesenvolvimento na geração de conflitos, o desafio da fronteira do Estado e os recursos transfronteiriços comuns, a ameaça representada pelo extremismo violento e a política de identidade intolerante. As discussões centraram-se igualmente no “espaço partilhado” da arena do Mar Vermelho com nossos parceiros no Oriente Médio. Serão tomadas as medidas necessárias para acompanhar os resultados da Consulta, em estreita consulta com os países da região.

Bacia do Lago Chade

116. A Força de Missão Multinacional (MNJTF) mandatada para combater o grupo terrorista de Boko Haram enfraqueceu consideravelmente a capacidade do grupo. No entanto, apesar desses ganhos, o grupo Boko Haram continua a constituir uma ameaça para os países da região. Para enfrentar esta ameaça de forma sustentável, é necessário complementar os esforços de segurança com medidas que visam abordar as causas profundas do extremismo violento na região da Bacia do Lago Chade. A este respeito, a Comissão apoiou a organização da **Primeira Conferência Regional de Estabilização na Bacia do Lago Chade** em N'Djamena no início de Novembro de 2017, com o objectivo de desenvolver uma estratégia de estabilização regional para os países afectados pelo grupo terrorista Boko Haram. Medidas de acompanhamento estão a ser tomadas pela Comissão.

Mali e Sahel

117. A situação de segurança no Sahel continua a ser motivo de grande preocupação. Os múltiplos ataques terroristas perpetrados no Mali, no Burkina Faso e no Níger levaram os países da região a estabelecerem a Força Conjunta do G5 Sahel, para complementar os esforços de estabilização da MINUSMA e das operações antiterroristas de Barkhane. Após a aprovação do CONOPS estratégico da Força Conjunta pelo CPS, a 13 de Abril de 2017, e do pedido para que o Conselho de Segurança da ONU prestasse toda a assistência necessária, escrevi, a 27 de Abril de 2017, ao Secretário-Geral para mobilizar recursos adequados e recursos previsíveis em apoio da Força Conjunta do G5 Sahel. A 15 de Junho de 2017, enviei uma outra carta ao Secretário-Geral para, uma vez mais, sublinhar a importância crítica do apoio das Nações Unidas ao G5 Sahel. Congratulo-me com a adopção da resolução 2991 (2017), de 8 de Dezembro de 2017, em que o Conselho de Segurança da ONU enfatizou que os esforços da Força Conjunta para combater as actividades de grupos terroristas e outros grupos criminosos organizados contribuirão para criar um ambiente mais seguro na região do Sahel e, assim, facilitar o cumprimento pela MINUSMA do seu mandato de estabilizar o Mali, e autorizou a prestação de apoio operacional e logístico da MINUSMA à Força do G5.

118. Em Junho de 2017, conjuntamente com os Comissários para a Paz e Segurança e para os Assuntos Sociais, visitei os cinco países que fazem parte da Força do G5 Sahel para manifestar a solidariedade da UA. Participei igualmente de diferentes encontros que reuniram os países da região e seus parceiros, incluindo encontros à margem da Assembleia Geral em Setembro de 2017, e em Paris, em Dezembro de 2017. Saúdo o apoio prestado até agora por parceiros bilaterais e multilaterais, incluindo a França, os Estados Unidos da América, a Arábia Saudita e a UE. Espero que a Conferência de Doadores prevista para 23 de Fevereiro de 2018 em Bruxelas possibilite a mobilização dos fundos adicionais e outros apoios necessários para que a Força atinja sua total capacidade operacional, com base nos progressos encorajadores já realizados no terreno.

119. Esses esforços prosseguirão, juntamente com o apoio à implementação do Acordo de Paz e Reconciliação de 2015. Não há dúvida de que a boa implementação do Acordo contribuirá muito para isolar os grupos terroristas e criar um ambiente mais propício para o sucesso das operações de combate ao terrorismo.

Líbia

120. A situação na Líbia continua a ser de extrema preocupação. Apesar dos esforços internacionais para encontrar uma solução duradoura, o processo político permanece bloqueado, ao mesmo tempo que a situação de segurança continua volátil. A situação humanitária e as condições em que os migrantes africanos vivem na Líbia são também uma fonte de profunda preocupação. Durante o período em análise, a Comissão e o Comité de Alto Nível da UA na Líbia prosseguiram os seus esforços e compromisso com os principais intervenientes na Líbia. A 4.^a reunião do Comité de Alto Nível da UA, realizada em Brazzaville, em Setembro de 2017, em que o Comissário para a Paz e Segurança e eu participamos, adoptou um roteiro para orientar os esforços da UA. Nessa base, o Presidente Denis Sassou Nguesso da República do Congo, que é o presidente do Comité, tomou uma série de iniciativas e informará a Conferência sobre seus esforços. No quadro dos esforços para melhorar o apoio ao Comité de Alto Nível e facilitar a coordenação internacional, a Comissão está a considerar uma eventual retomada das actividades do Grupo de Contacto Internacional liderado pela UA na Líbia.

121. Em meados de Janeiro de 2018, recebi em Adis Abeba, o Sr. Ghassam Salame, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Líbia. Realçamos que uma abordagem coordenada entre a União Africana e as Nações Unidas é vital para alcançar uma paz duradoura na Líbia. A este respeito, concordamos que as duas Organizações devem trabalhar em conjunto para facilitar a um consenso entre os líbios, a fim de unificar as instituições da Líbia, formar um Governo nacional inclusivo e realizar eleições livres e justas no país. Ao fazê-lo, a UA e as Nações Unidas devem agir de acordo com as decisões relevantes do Conselho de Segurança e do CPS, com base no Roteiro da UA e no Plano de Acção da ONU adoptado na Reunião de Alto Nível sobre a Líbia convocada pelo Secretário-Geral da ONU, em Nova Iorque, em 21 de Setembro de 2017.

Saara Ocidental

122. O conflito no Saara Ocidental é um dos mais prolongados com o qual a nossa União se confronta. O regresso bem-vindo do Reino de Marrocos junto da UA aumentou as esperanças de que a UA estará em posição de desempenhar um papel mais activo em apoio aos esforços da ONU no sentido de superar o desafio em questão. Importa recordar que o Conselho de Segurança da ONU instou repetidamente as partes a retomar as negociações sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, sem pré-condições e de boa-fé, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura

e mutuamente aceitável, que preveja a auto-determinação do povo do Saara Ocidental no contexto de acordos consistentes com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

123. A UA, através do CPS e outros Órgãos Deliberativos, pronunciaram-se igualmente várias vezes sobre a situação. Em particular, a Conferência da União, na sua 29ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, em Julho de 2017 solicitou-me, em consulta com o CPS, a tomar as medidas apropriadas para apoiar os esforços da ONU e encorajar as partes a cooperar de boa-fé no sentido de garantir o sucesso do processo. A Conferência solicitou-me igualmente um informe, em Janeiro de 2018, sobre as medidas e iniciativas tomadas em parceria com a ONU.

124. Nos últimos seis meses, tenho acompanhado de perto a situação. Realizei igualmente consultas sobre a melhor forma de levar adiante o mandato que me foi dado pela Conferência. Como parte desses esforços, reuni-me com o recém-nomeado Enviado Pessoal do Secretário-Geral da ONU, Horst Köhler, em Adis Abeba, em Janeiro de 2018. Embora reconhecendo a complexidade da crise, é minha firme convicção de que, com a boa vontade exigida das partes, uma solução está ao alcance e que a UA, em estreita colaboração com as Nações Unidas, pode desempenhar um papel positivo no sentido de ajudar a superar o impasse actual.

A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

125. A Declaração Solene sobre a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher (DSIGA), adoptada pela Conferência da União na 3ª Sessão Ordinária, realizada em Julho de 2004 providencia a estrutura para o nosso relatório actual sobre os progressos que fizemos para alcançar a paridade de género em todos os níveis e garantir o direito à educação para mulheres e raparigas, bem como a sua participação e representação plena e efectiva nos processos de governação e de paz. Durante 2017, a Comissão recebeu relatórios nacionais de 28 Estados-Membros na implementação da Declaração para o ano de 2016 - o maior número desde que os Estados-membros começaram a apresentar relatórios sobre o instrumento em 2006. Os relatórios destacam o progresso numa série de áreas, incluindo a adopção da legislação e de políticas para proteger e promover os direitos das mulheres e raparigas e de prevenção da violência contra elas; a reinserção das mães adolescentes de volta à escola; a integração de um número crescente de mulheres na defesa e forças de segurança; e a desmobilização e reintegração de crianças soldados em países emergentes de conflitos. No entanto, os desafios continuam em relação à representação das mulheres nas estruturas da governação e nos processos de paz, empoderamento económico das mulheres, bem como no que diz respeito aos casamentos prematuros e práticas tradicionais nocivas. Para além disso, as infecções de VIH/SIDA são igualmente referidas como sendo mais elevada entre as mulheres e raparigas.

126. Embora reconhecendo os progressos alcançados, estou preocupado que o fosso entre a política e a implementação continua a ser grande. Isto exige esforços

renovados dos Estados Membros estarem em altura de assumir os seus compromissos e acelerarem a sua implementação. A 'África Que Queremos' requer maior tracção e acções transformadoras em apoio à capacitação das mulheres. Da minha parte, não pouparei esforços em fazer avançar a agenda de género. A este respeito, a Comissão iniciou um processo de desenvolvimento duma estratégia nova e ousada sobre género, com foco na obtenção de resultados mais tangíveis. Além disso, as consultas estão em curso com a ONU para mobilizar recursos muito maiores, especialmente no sector privado, em apoio à capacitação económica das mulheres, com base no Fundo existente da UA para a Mulher Africana.

CUMPRIMENTO DA REFORMA INSTITUCIONAL DA UA

127. A Decisão de Janeiro de 2017, Assembly/AU/Dec.635 (XXVIII), sobre a Reforma Institucional da UA estabelece uma agenda de reformas abrangentes. Num contexto multilateral cada vez mais incerto, a Decisão da Reforma visa transformar fundamentalmente a organização numa instituição eficaz e eficiente no seu reposicionamento para atender às crescentes necessidades dos seus Estados-Membros e do continente. Identifica as seguintes prioridades principais da reforma:

- realinhar as instituições da UA a fim de cumprir com essas prioridades;
- conectar a UA aos seus cidadãos;
- gerir o trabalho da UA de forma eficiente e eficaz, tanto ao nível político como operacional; e
- financiar a UA de forma sustentável e com a apropriação plena dos Estados-Membros.

128. A Decisão está a ser implementada no âmbito do Acto Constitutivo da UA. Em Setembro de 2017, criei a Unidade de Implementação da Reforma no meu Gabinete. Desde que assumi o cargo, tive várias consultas com os Estados-Membros sobre o processo de implementação da reforma, bem como uma série de reuniões com os Presidentes Paul Kagame, Idriss Déby Itno e Alpha Condé – mandataram o seguimento do processo - em Kigali, Conakry e Dakar, respectivamente. Um relatório de progresso detalhado foi distribuído aos Estados-Membros antes da Cimeira, a fim de permitir que os Estados-Membros se preparassem para os debates sobre o processo da reforma.

129. Na minha opinião, duas questões fundamentais devem ser abordadas para o processo da reforma ser viável. Em primeiro lugar, devemos alcançar a autonomia e independência financeira dentro dum quadro claro de prestação de contas. A Decisão sobre Financiamento de 2017 de Kigali proporciona a base para a independência financeira ser alcançada e os Estados-Membros devem apostar para a implementação plena num espaço de tempo mais curto possível. A este respeito, tenho o prazer de informar que 21 Estados-Membros estão em vários estágios de implementação da taxa

de 0,2 por cento e, destes, 12 já começaram o processo de cobrança da taxa. Em relação à revitalização do Fundo de Paz, de acordo com a Decisão da Conferência de Julho de 2016 sobre o Financiamento da União em Kigali, a contribuição total dos Estados-Membros para o Fundo foi de US\$ 29,5 milhões. Iniciei igualmente consultas sobre a selecção do Conselho de Administradores para o Fundo. O Instrumento do Fundo da Paz foi revisto pelo Gabinete do Conselheiro Jurídico e está pronto para a aprovação.

130. Eu gostaria de enfatizar que a agenda de 'Financiamento da União' não é simplesmente sobre a taxa de 0,2%. É sobre fazer escolhas orçamentárias duras, votando orçamentos que podem ser pagos, garantir o cumprimento, estabelecer repartição dos encargos mais equitativa, manter os mais altos padrões fiduciários, estabelecer limites claros sobre a dependência externa, e estabelecer regras básicas sobre a gestão financeira em conformidade com as melhores práticas internacionais. Gostaria de garantir aos Estados-Membros do meu compromisso firme em melhorar a responsabilidade geral e a eficácia dos sistemas e processos de gestão financeira e orçamental da Comissão. Para esse efeito, a Comissão está a trabalhar no sentido de preparar orçamentos mais credíveis, que garante rentabilidade e que proporciona resultados e impactos concretos. O Comité dos Ministros de Finanças, na sua reunião realizada em Kigali, nos meados de Janeiro de 2018, analisou as várias propostas da reforma e fará as suas recomendações na Cimeira de Janeiro de 2018.

131. Outro aspecto importante relaciona-se com a crise de implementação das decisões adoptadas. Deve-se estabelecer qualidade e credibilidade na tomada de decisão da UA. Seria melhor ter menos decisões adoptadas e totalmente implementadas, do que a prática actual de tomar numerosas decisões que são parcialmente ou nunca são implementadas. A este respeito, tenho o prazer de indicar que as propostas sobre como fortalecer a implementação das decisões juridicamente vinculativas foram preparadas para debate e discussão nesta Cimeira. Gostaria ainda de salientar que estas propostas foram desenvolvidas dentro do quadro do Acto Constitutivo.

FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE A UA E AS SUAS CER

132. Desejo sublinhar o papel fundamental das CER e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (RMS) na implementação global do processo de reforma institucional em curso. Tentei ao longo do ano passado, envolver-me numa forma mais significativa com as CER/MR através dos seus respectivos Directores Executivos.

133. O Protocolo sobre as Relações entre a UA e as CER e o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na área da Paz e Segurança celebrado entre a UA e as CER/MR incluem numerosas disposições destinadas a garantir uma cooperação e colaboração mais estreita entre a UA e as CER/MR. Embora tenham sido feitos progressos na sua implementação, uma série de disposições ainda estão para ser

concretizadas. Além disso, as reuniões ao nível dos Directores Executivos não gozam de participação no nível apropriado, reduzindo assim a sua capacidade de tomar decisões e agir como impulsionadores de uma agenda continental verdadeiramente coordenada envolvendo a UA e suas entidades regionais

134. Tendo em vista o apelo da Conferência para uma divisão mais clara do trabalho entre a UA e as CER, no contexto do processo da reforma, tenho a intenção de tomar medidas urgentes para melhorar os mecanismos de coordenação existentes, em todos os níveis. A este respeito, é minha intenção converter os escritórios de ligação existentes da UA às CER, que actualmente se concentram exclusivamente na Paz e Segurança, em delegações permanentes para as CER que abrangem toda a agenda da UA. Em paralelo, serão tomadas medidas para garantir o envolvimento muito maior das CER/MR no trabalho diário da Comissão. Espero ansiosamente pelo apoio dos Estados-Membros para as medidas previstas.

REFORÇO DAS PARCERIAS DE ÁFRICA E O MULTILATERALISMO

135. Gostaria de expressar o meu apreço pelos benefícios que a União continuou a reunir a partir dos seus vários parceiros bilaterais e multilaterais. No entanto, quero igualmente salientar a necessidade da nossa organização continental alavancar essas parcerias, de modo a tornarem-se uma força eficaz na busca do multilateralismo e na realização duma ordem justa e equitativa internacional que respeite a lei internacional e a igualdade soberana de todos os estados membros.

136. As perspectivas da África para a paz, segurança e desenvolvimento estão intimamente ligadas com a ordem mundial multilateral global. A África tem muito a ganhar com uma ordem mundial regida pelo primado no direito internacional, em que as decisões de importação global são tomadas de forma colectiva. Nas últimas décadas, a ordem multilateral entregou bens tangíveis para a África, incluindo respostas globais para os conflitos e crise humanitária, bem como a cooperação no combate à pandemia e ao combater as alterações climáticas. A África contribuiu igualmente para a promoção das normas internacionais sobre os direitos humanos, assistência aos refugiados e às pessoas deslocadas internamente, e a prevenção de genocídios e crimes contra a humanidade e a luta contra a impunidade.

137. Nos últimos anos, a Comissão levou a cabo um exercício de revisão de todas as suas parcerias, visando identificar as que servem os interesses da União Africana. Este exercício abarcou inclusive a realização de um retiro conjunto CUA-CRP, no Cairo, em Dezembro passado. A agenda multilateral de África está intrinsecamente ligada a uma Organização das Nações Unidas forte e imparcial, que actua em parceria com a União Africana e as suas respectivas CER. A assinatura do Quadro Conjunto UA-ONU para o Reforço da Parceria em matéria de Paz e Segurança, em Abril de 2017, criou uma base sólida para a parceria e cooperação entre as duas organizações. O Quadro Conjunta UA-ONU é a reafirmação por parte da ONU de que a União Africana é um parceiro estratégico chave no contexto do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

138. A parceria estratégica UA-ONU em matéria de paz e segurança é vital para as duas organizações. No entanto, esta não pode ser materializada sem o apoio e aprovação do Conselho de Segurança da ONU e sem o aumento da contribuição da UA e das CER/MR, a fim de garantir a manutenção da paz e da segurança regionais. Continuarei a exortar a comunidade internacional, em particular, o Conselho de Segurança da ONU, a reconhecer o princípio de repartição de encargos, através da concessão de financiamento previsível, sustentável e flexível à União Africana para operações de apoio à paz por esta lideradas ou autorizadas.

139. Sinto-me encorajado pelas medidas tomadas em 2016 e 2017 pelo Egipto, Etiópia e Senegal como membros africanos não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao defender a posição da UA nesta matéria, através da adopção de duas resoluções do Conselho de Segurança. Espero que sejam realizados mais progressos nesta matéria. A Comissão, em colaboração com todas as partes interessadas, fará todo o possível para garantir uma resolução substantiva do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no presente ano, sobre o princípio da utilização das contribuições estatutárias das Nações Unidas para o apoio às operações de apoio à paz da UA mandatadas pelo Conselho de Segurança. Enquanto felicito os novos membros africanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente, Côte d'Ivoire e Guiné Equatorial, encorajo-os a permanecerem resolutos e coesos no avanço das prioridades e preocupações de África a nível deste órgão.

140. Para complementar os seus esforços no domínio da paz e segurança, a UA e as Nações Unidas tencionam celebrar um Acordo-Quadro para a Implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Espera-se que este instrumento não só facilite a integração das duas Agendas nas políticas nacionais de planeamento dos Estados-Membros como também contribua positivamente para o desenvolvimento de África. Espera-se ainda que ajude a minimizar a duplicação, otimizar o uso de recursos e a mobilizar o apoio das partes interessadas nacionais e externas bem como dos parceiros de desenvolvimento.

141. Na sequência da realização com sucesso da 5ª Cimeira UA-UE, o próximo marco importante no contexto da parceria UA-UE está relacionado com os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Parceria pós-Cotonou (CPA). O Acordo de Parceria de Cotonou, celebrado entre a UE e 78 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), expira em 29 de Fevereiro de 2020. Trata-se de um tratado juridicamente vinculativo que norteia a relação entre a UE e os países ACP nos domínios do comércio, cooperação para o desenvolvimento e abrange uma dimensão política. Desde 2007, a Estratégia Conjunta África-Europa (JAES) complementa o âmbito do Acordo de Parceria de Cotonou. A UE prevê que um acordo pós-Cotonou substitua os dois instrumentos (APC e JAES).

142. A Comissão foi incumbida pelos Órgãos Deliberativos a responsabilidade de facilitar a adopção de uma Posição Comum Africana (PCA), e, com base num

documento elaborado pelo Grupo Africano em Bruxelas, estão em curso esforços neste sentido, coordenados pela Missão Permanente da UA em Bruxelas. A PCA estará assente no pressuposto de uma parceria entre dois blocos independentes e soberanos, que se comprometem a preservar os seus valores e a respeitar reciprocamente os seus regulamentos e instrumentos, e que visam maximizar seus interesses, afastando-se, deste modo, de uma relação do tipo “doador-beneficiário”. Qualquer instrumento de cooperação com a Europa deve promover os objectivos do continente africano consagrados na Agenda 2063, que foi, em grande medida, harmonizada com a Agenda 2030. Na mesma senda, qualquer acordo de comércio livre é bem-vindo, desde que complemente a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC).

143. Esperamos que qualquer acordo novo confie plenamente e invista nas instituições africanas, pois esta é uma questão fundamental para a próxima fase do desenvolvimento de África. Tal como deixamos claro em declarações públicas, bem como na Declaração da 5ª Cimeira UA-UE, África deve ser tratada como um continente no seu todo na sua cooperação com a Europa. Ao mesmo tempo, a Comissão reconhece que deve-se realizar mais trabalho e empreender-se mais esforço com vista a incorporar devidamente as regiões que inicialmente não fizeram parte do Acordo de Parceria de Cotonou.

144. Os líderes africanos criaram a UA como uma União dos Estados-Membros que se esforça no sentido de ser conduzida pelo povo africano e assume a presença como uma força na esfera global. Por conseguinte, a UA deve proporcionar liderança no que tange aos desafios impostos pelo multilateralismo neste século e decidir, por si, que tipo de multilateralismo atende melhor os interesses do continente. Comprovou-se, várias vezes, que a África beneficia como um todo quando os Estados-Membros falam em uníssono. Portanto, este imperativo é de suma importância para que a União seja considerada como um actor na esfera global e não como motivo constante de inquietação a nível internacional e que solicita permanentemente apoio humanitária. A ordem multilateral global está sob pressão, pois alguns países importantes parecem estar a se afastar do multilateralismo, adoptando cada vez mais uma abordagem unilateral. Como um dos principais beneficiários de uma ordem mundial global e multilateral, a União Africana tem um papel a desempenhar na promoção do multilateralismo. É neste contexto que a Comissão convocou o seu retiro anual de mediadores em Ndjamena subordinado ao tema do multilateralismo e pretende tornar este um foco estratégico de suas actividades nos próximos anos, inclusive através da realização de uma conferência internacional sobre esta matéria em 2018.

Não-Proliferação de Armas de Destruição Maciça

145. A UA sempre defendeu que as Armas de Destruição Maciça (WMD) constituem uma ameaça grave à segurança e a estabilidade globais. A adesão universal aos regimes multilaterais de desarmamento e não-proliferação servirá para reforçar a sua eficácia e autoridade, bem como fornecer as medidas de transparência necessárias e fortalecimento da confiança entre os Estados Partes. A implementação efectiva dos

regimes multilaterais protegerá África e o mundo contra as ameaças crescentes e complexas à segurança, incluindo a proliferação de redes de tráfico ilícito e grupos terroristas, ao mesmo tempo que promove a cooperação internacional e garante o benefício igual de todos os Estados das aplicações pacíficas de ciências e tecnologias nucleares, químicas e biológicas para o desenvolvimento socioeconómico.

146. Cinquenta e quatro estados africanos aderiram ao Tratado de 1970 sobre a não-Proliferação de Armas Nucleares. Um número igual de Estados Africanos também assinou o Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares (Tratado de Pelindaba), que entrou em vigor em 2009. Em Julho de 2017, a maioria dos Estados-Membros votou a favor do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares e, até à data, dezassete países rubricaram o referido Tratado.

147. É neste contexto que gostaria de lembrar que, em 15 de Julho de 2015, a minha antecessora, Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, saudou o Acordo celebrado entre a República Islâmica do Irão e o “P5 +1”, composto pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Alemanha, bem como a UE, sobre o Plano de Acção Conjunto Abrangente (PACA) relativo ao programa nuclear do Irão, alcançado em Viena, Áustria, em 14 de Julho de 2015. Ademais, observou que o Acordo representa um triunfo para a diplomacia multilateral e uma vindicação do princípio da resolução pacífica e negociada de litígios internacionais. Na mesma senda, em 15 de Outubro de 2017, e na sequência da decisão dos EUA de não reconhecer o PACA, reiterei o apoio total da UA ao Acordo, à semelhança de muitos outros membros da comunidade internacional, e saudei todas as partes que vincaram a sua firmeza e compromisso relativamente a este instrumento crítico, conforme verificado pela Agência Internacional de Energia Atómica. Ao observar que o Plano de Acção contribuiu significativamente para a estabilidade regional e renovou a confiança da comunidade internacional no Acordo sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares e nos quadros multilaterais globais, ressaltei a necessidade de não se poupar esforços para continuar a promover as abordagens multilaterais como a maneira mais viável e efectiva de enfrentar os desafios globais. Entretanto, em 7 de Outubro de 2017, publiquei um comunicado de imprensa saudando a concessão do Prémio Nobel da Paz 2017 à Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (ICAN), tendo em vista o compromisso de longa data de África com um mundo livre de armas nucleares.

IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA UA SOBRE O ARQUIPÉLAGO DE CHAGOS

148. Gostaria igualmente de recordar que a Conferência, através da Resolução Assembly/AU/Res.1(XXVIII) aprovada na sua 28ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2017, expressou o seu pleno apoio à solicitação da República das Maurícias a nível da Assembleia Geral da ONU, com vista a assegurar a conclusão da descolonização do seu território. Em 22 de Junho de 2017, a Assembleia Geral, através da Resolução 71/292 (2017), decidiu sobejamente solicitar ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) que emitisse um parecer consultivo sobre as

“Consequências legais da separação do arquipélago de Chagos das Maurícias em 1965.”

149. Em 14 de Julho de 2017, e na sequência do pedido da Assembleia Geral, o TIJ proferiu uma ordem na qual estabeleceu 30 de Janeiro de 2018, como o prazo dentro do qual devem ser apresentados os pareceres sobre a questão ao Tribunal, e 16 de Abril de 2018 como o prazo dentro do qual os Estados e organizações que tenham apresentado os seus pareceres escritos podem enviar comentários sobre os outros pareceres escritos. Neste contexto, a Comissão, em princípios de Dezembro de 2017, enviou uma nota verbal solicitando a todos os Estados-Membros que desejassem fornecer informações relevantes sobre a questão perante o TIJ a apresentarem um parecer escrito ao Tribunal até 30 de Janeiro de 2018, em apoio do apelo à descolonização total do território da República das Maurícias. Exorto os Estados-Membros a continuarem a apoiar plenamente as Maurícias. Por seu turno, a Comissão apresentou um pedido de permissão ao Tribunal para apresentar o seu parecer em conformidade com o Artigo 66º do Estatuto do TIJ. Para o efeito, a Comissão criou uma equipa de advogados africanos para ajudar a preparar o seu parecer.

APOIO À SOLIDARIDADE AFRICANA COM A PALESTINA

150. A solidariedade com o povo Palestino é uma posição da UA de longa data. Tenho acompanhado de perto esta situação, desde a minha tomada de posse. Estou profundamente preocupado com o impasse que caracteriza o processo de paz. Em 6 de Dezembro de 2017, na sequência da decisão do Governo dos Estados Unidos de reconhecer Jerusalém como a capital do Estado de Israel, emiti um comunicado no qual manifesto o meu pesar relativamente à decisão, observando que a mesma só aumentará a tensão na região e não só, e complicará a busca de uma solução para o conflito israelo-palestino. Ademais, reiterarei a solidariedade da UA com o povo palestino, bem como o nosso apoio na sua busca legítima de um Estado independente e soberano, tendo como sua capital Jerusalém Oriental, no âmbito das decisões e resoluções pertinentes da União Africana e das Nações Unidas.

CONCLUSÃO

151. Ao iniciarmos o novo ano, gostaria de referir que percorremos um longo caminho nos últimos doze meses no qual abordamos vários desafios que com que se depara o nosso continente. No entanto, podemos e devemos fazer mais. Os desafios que enfrentamos não são insuperáveis; no entanto requerem uma atenção maior e focada, bem como um maior compromisso e uma vontade política renovada. Tal é, sobretudo, fundamental dadas as incertezas de ordem mundial multilateral global.

152. Quanto à nossa parte, permitam-me reafirmar o meu compromisso e da Comissão de continuar a servir os melhores interesses da nossa Organização, conforme definido pelas decisões dos órgãos deliberativos da União Africana. Um aspecto crucial neste contexto é a necessidade coerente de garantir sinergias entre

compromissos e acções, particularmente no que tange à agenda de reformas, que é fundamental para a construção de uma União eficiente, efectiva e capaz de atender às necessidades do nosso povo. Espero continuar a trabalhar com Vossas Excelências no mesmo espírito de dedicação aos ideais da nossa União nos próximos tempos.

2018-01-26

Introductory Note of the Chairperson of the Commission to the Annual Report on the Activities of the African Union and Its Organs

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8422>

Downloaded from African Union Common Repository